



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE PSICOLOGIA**

FRANCISCO JANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA

**TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NA SITUAÇÃO DE ABUSO
SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR**

**FORTALEZA
2019**

FRANCISCO JANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA

**TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NA SITUAÇÃO DE ABUSO
SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR**

Monografia final, apresentado a Faculdade Ratio, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharelado em Psicologia.

Prof^a. Esp. Júlia Evangelista Mota Shioga

FRANCISCO JANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA

**TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NA SITUAÇÃO DE ABUSO
SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR**

Monografia final, apresentado a Faculdade Ratio, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharelado em Psicologia.

Fortaleza-CE, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Especialista Julia Evangelista Mota Shioga
Orientadora

Prof^a. Dra. Lucili Grangeiro Cortez
Convidada

Prof^a. Dra. Virzâgela Paula Sandy Mendes
Convidada

Dedico este trabalho aos meus país, João Mesquita e Ivoni Marques, cujo amor e amparo sucessivos constituem um porto para que minha existência ocorra no caminhar incessante pela busca da realização dos meus sonhos.

Aos meus companheiros e amigos, que percorrem comigo o longo caminho desses sonhos.

AGRADECIMENTO

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A Universidade Faculdade Ratio, pela oportunidade de fazer o curso. Ao meu orientador, Livia Leite Gurgel pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho. A professora Roberta que sempre esteve presente neste período nos ajudando e dando total apoio ao curso. Agradecimento especial a professora Fatima Lúcia que me proporcionou o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

Por fim, agradeço a minha mãe Ivani Marques, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Os principais problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano”

(Burrhus Frederic Skinner)

RESUMO

Este trabalho estuda a importância do tratamento de crianças que sofreram abuso sexual infantil. O presente estudo tem como objetivo discutir o abuso sexual infantil intrafamiliar e como a Terapia Cognitivo-Comportamental poderá ajudar crianças negligenciadas por seus familiares. Propõe-se uma leitura interdisciplinar e um método de prevenção para evitar danos na vida das crianças violentadas sexualmente no âmbito familiar, em especial na saúde física, social e psicológica. A prática da violência sexual exerce um grande fator traumático na vida das crianças e este trabalho visou inserir práticas para o enfrentamento desse fenômeno e assim garantir a essas crianças, esperança e o pleno gozo de seus direitos. Por fim, os objetivos propostos por este trabalho foram alcançados, destacando o papel das terapias cognitivas no processo de tratamentos de crianças vítimas de abuso sexual, em especial a Terapia Cognitivo-Comportamental, que se mostrou bastante eficaz nesse processo. A comprovação deu-se através de pesquisas bibliográficas, que culminam nos resultados apresentados neste trabalho.

Palavras-chave: Abuso sexual, intrafamiliar, psicoterapia, cognição, Terapia Cognitivo-Comportamental.

ABSTRACT

This paper studies the importance of treating children who have suffered sexual abuse of children. The present study aims to discuss intrafamily sexual abuse and how a cognitive-congestive therapy can be used by children neglected by their relatives. It proposes an interdisciplinary reading and a method of prevention for violent, violent, violent, violent, sexually violent children within the family, especially in physical, social and psychological health. The child's life to engage in physical exercise and teaching-to-child activities, the hope and full enjoyment of their rights. Through this text, the objectives proposed by this work were achieved by highlighting the role of cognitive therapies in the treatment process of children with sexual violence, especially Cognitive-Behavioral Therapy, which behaves quite effectively. The proof was given through bibliographic research, which culminates in the results.

Keywords: Sexual abuse, intrafamiliar, psychotherapy, cognition, Cognitive-Behavioral Therapy.

LISTA DE ABREVIACOES

- Apud** - Citado por
- Art.** - Artigo
- CENDHEC** - Centro de Dom Hélder Machado Câmara de Estudos e Ação Social
- Cras** - Centro de Referência de Assistência Social
- Creas** - Centros de Referências Especializados de Assistência Social
- DF** - Distrito Federal
- DSM** - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- Et al.** - Entre outros
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- Op. cit.** - "a obra citada" ou "da obra citada"
- Sc.** - Século
- TCC** - Terapia cognitivo-comportamental
- TEPT** - Transtorno de estresse pós-traumático
- TIG** - Transtorno da Identidade de Gênero
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. METODOLOGIA	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	20
3.1. A história da família: concepções históricas religiosas e educacionais	20
3.2. Família e infância: matriz de identidade, papéis e disfuncionalidade	23
3.3. Infância: sua história e o abuso sexual ao longo do tempo	24
3.4. Conceituando o abuso sexual e violação sexual	27
3.5. O abuso sexual infantil em diferentes espaços sociais	29
4. O ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR	31
4.1. Contexto histórico	31
4.2. Conceito e características do abuso sexual intrafamiliar	33
4.3. Perfil das famílias com ocorrências de abuso sexual intrafamiliar	34
4.4. Consequências do abuso sexual para a criança	37
4.5. Síndrome do Segredo e da Adição	39
4.5.1 Síndrome do Segredo	40
4.5.2 Síndrome da Adição	42
4.6. Abuso sexual em meninos	43
4.7. Escola na prevenção do abuso sexual	45
5. AS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE GÊNERO NA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL	47
6. A ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL	50
6.1. Histórico	50
6.2. Aplicação da TCC na situação de abuso sexual intrafamiliar	52
6.3. Conversas criativas e abuso sexual	57
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é uma realidade em nossa sociedade, segundo dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parte dos atos de violência sofridos acontecem até aos 14 anos de idade. Em casa estes maus-tratos são cometidos principalmente pelos pais ou outros membros da família que cuidam da criança. No entanto quando falamos de violência infantil, lembramos imediatamente de vários exemplos, sejam elas verbais, psicológicas e sobretudo a agressão física. Todavia esquecemos outros tipos de agressões que uma criança pode sofrer. Segundo Azevedo e Guerra (1995, p. 35) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade pode ser considerado um ato de violência, mas o ponto um importante e que Azevedo e Guerra (1995) expressa logo no início de seu pensamento, é a negligência.

O abuso sexual infantil está acontecendo diariamente em nossa sociedade, casos assim podem estar acontecendo no vizinho ao lado, ou até mesmo na sua própria família, contudo o que estamos fazendo para evitar este fato?

A negligência está deixando muitas crianças vitimadas em todo nosso país, muitas estão sendo usadas como objetos sexuais. E como nós, como uma sociedade, estamos vendo estes casos? Infelizmente muitas vezes o debate sobre essa temática acaba se tornando um tabu, e muitos preferem não falar sobre este fato. E isso não é negligência?

A série de questionamentos feitos nos leva a pensar sobre a importância de debatermos tais assuntos dentro do meio acadêmico. E ao trazer esse tema para o artigo também trago o desejo de ajudar muitas crianças que sofreram e que sofrem diariamente estes abusos, por este motivo o estudo objetiva abordar a temática da Terapia Cognitivo-Comportamental na situação de abuso sexual infantil intrafamiliar.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), fundada nos Estados Unidos foi primeiramente desenvolvida por Aaron T. Beck, na década de 1960, criada primeiramente para tratar pacientes com depressão. Com o desenrolar do tempo e o crescimento dos estudos, hoje a TCC é usada para outros casos de doenças mentais ou terapêuticas “como também para outras doenças mentais que o terapeuta encontra frequentemente em seu consultório, como ansiedade, síndrome do pânico, fobia social, uso e abuso de substâncias químicas (drogas), transtornos alimentares” entre outros, afirma professor Souza (2016, p.2).

Atualmente, a terapia vem crescendo e expandindo-se em seu campo de pesquisa, por ter como objetivo a abordagem e a elaboração de práticas terapêuticas breves, com uma estrutura determinada. A aplicação desse método terapêutico em pacientes que sofreram esse

tipo de violência poderá ajudá-lo de maneira direta, independente do vínculo da criança com o agressor ou ambiente em que ele foi agredido. Com isso ela ajudará a vítima dentro de um espaço social, seja na escola, na igreja ou até na casa de algum parente próximo. Hoje a sociedade, especialmente a brasileira se mostra cada vez mais consciente dos maus-tratos que podem acontecer na vida da criança, todavia a negligência dos fatos e as sequelas enfrentadas por elas, dentro da família, onde, justamente deveriam encontrar apoio e proteção.

Para que se tenha uma compreensão e o entendimento das temáticas abordadas por esse trabalho, ele foi dividido em capítulos, que em maneira cronológica se possa compreender o papel da terapia cognitiva-comportamental em crianças vítimas de abuso sexual.

A primeira parte é a apresentação do referencial teórico, ele que guiará o entendimento global do que vai ser mostrado no decorrer desta monografia. Com essa perspectiva apresentada entraremos no primeiro capítulo que, através de uma revisão bibliográfica em literaturas importantes, artigos e pesquisas homologadas, mostrarão temas como, a história da família e suas concepções históricas, religiosas e educacionais, o papel da família como matriz de identidade, o conceito de abuso sexual e como ele é encarado em vários espaços sociais.

A segunda parte está direcionada ao abuso sexual infantil intrafamiliar em suas concepções históricas, seu conceito e as características, além dos perfis das famílias que passaram por esse abuso, as consequências nas crianças. Seguindo esse contexto teremos a síndrome do segredo e da adição. Nessa parte ainda abordaremos o abuso sexual em meninos, dando-lhe um foco especial e nesse sentido destacaremos a importância da educação sexual na prevenção do abuso sexual em crianças e adolescentes.

A terceira parte focará principalmente nas consequências da formação de gênero nas vítimas de abuso sexual. Por ser um tema atual e bastante presente em artigos o foco dessa parte será exclusivamente na formação do indivíduo que passou por esse tipo de abuso.

A quarta e última parte, é considerada a mais importante do trabalho, pois é a partir desse capítulo que, toda fundamentação desse projeto foi idealizada. Nesse capítulo abordaremos o histórico da terapia cognitivo-comportamental e sua aplicação em casos de abuso sexual infantil, onde será exposto os benefícios, pesquisas sobre assuntos, comparativos e por fim os resultados da pesquisa. Seguindo o contexto do estudo, será abordado o tema sobre importância das conversas criativas no processo psicoterápico entre o abusado e seus familiares.

Dado os pontos apresentados, essa obra tem como objetivo principal caracterizar o abuso sexual intrafamiliar e destacar os benefícios da terapia cognitivo-comportamental nessa situação, onde a criança se torna vítima de uma pessoa que, teoricamente deveria está o protegendo. Dessa forma destaca-se, portanto, a importância desse trabalho, pois a existência

de números crescentes de vítimas e dados desatualizados, acaba tornando temas como esse esquecido pela sociedade e pelo meio acadêmico. Em função dessa negligência e tabu que rodeiam esse tema, tal acontecimento acaba tornando maiores os números de crianças que sofrem ou sofreram abusos sexuais por membros de sua família.

1. METODOLOGIA

Antes de iniciar os argumentos defensáveis desta monografia, é fundamental entender a metodologia abordada para se trabalhar a temática, metodologia usada foi a quantitativa, que consiste de evidências para provar seus conceitos básicos. Segundo Fonseca (2002, p. 20):

[...] a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos recolhidos como auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

A pesquisa teórica acerca do abuso sexual intrafamiliar, bem como os impactos na vida da criança e como a terapia cognitivo-comportamental pode auxiliar a criança violada, se centra na pesquisa quantitativa, que em suas raízes tem o pensamento positivista lógico, que por sua vez tende a “ênfatisar o raciocínio dedutivo, as regras lógicas e os atributos mensuráveis da experiência humana” (FONSECA, 2002, p.20).

O principal desafio da pesquisa realizada foi dar clareza em cada investigação dos problemas expostos neste trabalho. Por esse motivo, “alguns temas podem alargar a visão metodológica de pesquisadores do desenvolvimento humano, especialmente os que enfatizam o desenvolvimento em condições adversas como o abuso sexual intrafamiliar” (LORDELLO; COSTA, 2013, p. 130).

Todas as pesquisas realizadas para este estudo foram fundamentais no processo de compreensão e resolução dos questionamentos feitos no início de sua elaboração. Com o intuito de embasar tais questionamentos, as análises de dados descritos sobre o cenário da violência sexual contra criança no ambiente familiar, foram desenvolvidas em etapas e buscaram a captação e a interpretação de uma realidade objetiva dos tópicos abordados nessa monografia.

O estudo realizado busca ter clareza da realidade objetivada, de modo a obter uma visão dinâmica da realidade vivenciada. Desta forma, considera-se que a dimensão estrutural é constituída pelas políticas ligadas à violência sexual contra a criança (GRAZIANO, 2014).

O trabalho foi iniciado com uma análise sobre a formação da família e o quanto ela é importante para formação de um indivíduo. O estudo demandou um aprofundamento histórico para a compreensão da estrutura familiar, então foi abordado a família desde de suas primeiras formações, nas primeiras civilizações, seguindo até as formações atuais existentes. O objetivo dessa primeira etapa do trabalho foi mostrar a relevância do elo familiar, especialmente para criança abusada, além de relatar o abuso sexual ao longo do tempo até a formação atual de nossa

sociedade. Também foi abordado as características históricas, religiosas, bem como a família como matriz de identidade.

Em seguida o estudo se encaminhou para análise do abuso sexual intrafamiliar e os seus efeitos nas crianças violentadas. Para elaboração desta etapa do trabalho foi necessário buscar os conceitos, as consequências e as características das famílias que passam por essas situações. Esse procedimento possibilitou a demonstração de forma quantitativa de alguns dados como a “moradia das crianças, espaço onde ocorre o abuso, quem é a vítima de abuso sexual, idade que mais sofre abuso sexual, quem são os abusadores, realidade socioeconômica das famílias e raça e etnia das crianças” (SANTOS, 2014, p. 25).

Em busca dos dados, alguns autores tiveram destaque importante na pesquisa deste trabalho. São eles: Almeida (2011), Filho (2011), Marra (2016), Lima (2011) e Beck (2013). Os autores já apontavam alguns elementos centrais sobre os principais questionamentos deste trabalho, alguns elementos como a vítima, o abusador e o envolvimento familiar nesse processo. Santos (2014) destaca alguns pontos nos quais foram usadas para centrar os conteúdos de estudo nesta monografia e por isso mereceram ser destacados. São eles: “quem é a vítima; quem é o abusador; qual o vínculo do abusador com a vítima; qual é o sexo e idade da vítima; onde ocorre o abuso sexual; qual é a condição sócio econômica da família [...]” (SANTOS, 2014, p.26).

Embora muitos estudos relacionados a este tema tenha uma tendência qualitativa, este fato ainda não remete à diversidade metodológica. Silveira (2009, p 33) defende o pensamento positivista lógico, que tende “ênfatisar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”.

Além dos elementos representativos e os questionamentos principais deste estudo, outro fator importante para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao abuso sexual, trata-se da aplicação da terapia cognitivo-comportamental na situação de abuso sexual intrafamiliar. Os dados utilizados foram retirados da pesquisa realizada por Almeida (2011), que trabalhou com uma série de vítimas com transtorno de estresse pós-traumático, perfil similar as de várias crianças vítimas de abuso sexual.

Quando tratado das consequências do abuso sexual na infância na formação de gênero, os resultados obtidos através das pesquisas mostraram que, o abuso cometido não pode ser fator considerável na definição de gênero da vítima. A construção parte principalmente do indivíduo e da forma que ele se enxerga em meio a sociedade que o rodeia.

Sobre o uso da TCC e sua funcionalidade nas terapias realizadas com crianças abusadas sexualmente, ela se mostrou ser eficiente para muitos casos apresentados, especialmente quando o fato é recente ou quando acontece o abandono ou rejeição familiar. A construção do

estudo realizado por Almeida (2011) foi fundamental para alicerçar os benefícios da terapia nesse tipo de caso. A autora através de pesquisa qualitativa possibilitou a outros autores dar continuidade no processo de pesquisa iniciada por ela. No último tópico desta etapa, foi apresentado o estudo de Marra (2016), que através de seu trabalho demonstra formas alternativas de apoio as crianças violentadas. A autora destaca a importância das conversas no processo de superação do trauma, e também aponta as principais falhas existente na recuperação destas crianças.

Nas considerações finais ponderamos acerca do caminho percorrido, além de uma reflexam sobre os limites e possibilidades do trabalho, além de capturar os pontos mais relevantes questionados na pesquisa (SANTOS, 2014, p.34).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Constituição Federal art. 227 (BRASIL, 1988) é dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança e ao adolescente o “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Segundo o mesmo artigo, é também dever da família, da sociedade e do estado resguarda-los de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Segundo esse contexto a revisão bibliográfica buscou contextualizar o crime sexual na situação onde a criança tenha vínculo com o agressor. A ideia principal do artigo é dando uma maior ênfase no âmbito familiar, mas também trazendo de forma sucinta outros ambientes no qual a criança possa se tornar vítima desta violência. Deste modo fundamentar a teoria nos moldes cognitivos comportamentais criado por Aaron Temkin Beck (1960), aplicando-a na respectiva situação.

A abordagem comportamental clássica também chamada de Behaviorismo, criada por John B. Watson (1878-1958), tem como objetivo prever e controlar o comportamento de todo e qualquer indivíduo. A terapia cognitivo-comportamental teve como precursor Aaron T. Beck (1921). Segundo Judith S. Beck (2013, p.22) diz que, a Terapia Cognitivo-Comportamental também conhecida de TCC é um tratamento que atua baseando-se na “conceituação ou compreensão de cada paciente” (BECK, 2013, p.22).

A família tradicional ou nuclear como é conhecida tem como estrutura base a mãe, o pai e sua prole. A figura familiar tem sua origem da vida humana quando existiam duas formas de vidas humanas o *Homo Sapiens* e o *Homo Neanderthalensis*. As duas conviveram na terra entre 200 e 30 mil anos atrás, todavia os *Homo Neanderthalensis* entraram em extinção, para muitos pesquisadores é uma incógnita, pois eles eram os mais fortes e tinham um bom cérebro. Já os *Homo Sapiens* segundo dicionário da língua portuguesa dizem que, é uma expressão que vem do latim que literalmente traduzida significa “homem sábio” ou “homem que sabe”, e por ser homens sábios encontraram na família uma forma de garantir a sua existência. (MARTINS, s/n, 2014).

As concepções de família também estão alocadas em outros contextos como no religioso quando a figura de Deus cria o homem e a mulher e os deixam na terra para procriar e cuidar do ambiente no qual vivem. Seguindo toda essa concepção percebe-se, que a formação familiar permeia a história de toda civilização humana. Segundo Engels (1985) o desenvolvimento da família acontece paralelamente no processo de progresso da humanidade. Ou seja, a figura da

família vem se moldando no decorrer das épocas. Atualmente é apresentada formas diferenciadas de núcleo familiar.

Nesse sentido a formação e o entendimento sobre infância que nos é apresentado atualmente, vem se formando no decorrer do tempo. Heywood (2004) diz que, a fascinação que temos pela infância é um fenômeno relativamente recente. Como foi destacado, a formação do sentido de família vem se moldando a partir da época em que ela vive. Na idade média no sec. XII a criança era vista com muita indiferença, a criação dos filhos era bastante insensível. Os bebês com 2 (dois) anos de idade quando doentes, sofriam um terrível descaso por parte dos pais, eles eram vistos como pobres animais que não mereciam o mínimo de esforço, pois eram grandes a probabilidade de morrer. (HEYWOOD, 2004, p.87 *apud* CALDEIRA, 2010).

Ao decorrer do tempo o papel da criança dentro da família foi mudando e hoje muitos já sabem da importância das experiências vivenciadas pela criança na primeira infância. O estado percebeu a necessidade da cidadania da criança e com isso trouxe inúmeras medidas que resguardam as crianças em seus respectivos direitos, podendo ser citado a lei Nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diversas citações sobre os direitos da criança e adolescente na Constituição Federal e atualmente aprovou Base Nacional Comum Curricular, garantindo assim uma educação padrão para todos os brasileiros.

Contudo o processo de desenvolvimento do papel da criança na família e na sociedade foi muito desgastante, visto que, a criança passou por diversas fases que fragilizavam o desenvolvimento. Muitos desses problemas ainda é possível se verificar na atualidade como omissões que acabam prejudicando a integridade da criança e do adolescente. Entre elas está a violência sexual que acontece muito antes da idade média e ainda é possível ver dados crescentes deste tipo de violência nos dias de hoje.

Em nosso país ainda são bem escassas pesquisas relacionada a esse tipo de violência, percebe-se que, muitas dessas pesquisas estão desatualizadas ou são apenas pequenas amostragens feitas em capitais do país, tornando-se difíceis trabalhos relacionados a este assunto. Mesmo com dados desatualizados e não precisos publicados em jornais, revistas ou em *sites* oficiais da união, é perceptível o grande número de pessoas que já passaram por este tipo de situação.

A violência é um problema global. Para muitos países é considerada como problema de saúde pública. Em todos os aspectos a violência não é bem-vinda, especialmente quando tratamos de crianças. Na última década o Brasil vem passando por mudanças jamais vista, são

mudanças políticas, culturais, sociais e religiosas, todavia inerente a essas mudanças a violência sempre estará caracterizada com um problema que deve ser resolvida.

Com isso é possível identificar o quanto se faz necessário estudos relacionados a esta temática, visto que em nosso país e em muitos lugares do mundo este tema acaba sendo imposto pela sociedade como assunto tabu, que não podem ser comentados ou que finjam que não exista. De fato, o abuso sexual infantil é um tabu, e que está sendo negligenciado diariamente por nossa sociedade, esquecemos que ele pode acontecer em qualquer ambiente inclusive no ambiente familiar da criança.

Pesquisas apontam que cerca de 90% da violência sexual, onde as vítimas são crianças e adolescentes são cometidas em ambientes domésticos (OLIVEIRA; KOLLER, 1999, *apud* LIMA, 2011). Filho (2009) ressalta a importância da família quanto formadora da personalidade da criança, ele ressalta também que é ela a matriz da identidade, pois a criança tem a família como facilitadora da sua sobrevivência e do desenvolvimento. Percebe-se, portanto, a importância da família na formação do indivíduo.

Nesse sentido, cabe questionar como fica o psicológico da criança quanto do adolescente que foram violados por um membro da família, dado que, são eles que deveriam assumir o papel de cuidadores desses indivíduos. Lima (2011), corrobora quando ressalta que, o abuso sexual intrafamiliar é um dos piores males na atualidade. Com base nos diferentes autores que conceituam a violência sexual no âmbito familiar, é perceptível que todos eles afirmam as consequências que poderão ser vivenciadas por um indivíduo abusado, seja na formação da sua sexualidade ou gênero até outros problemas na formação do indivíduo.

A Terapia Cognitivo-Comportamental vem provando o quanto é eficaz em casos de depressão e ansiedade. Pacientes que usam deste tratamento psicoterápico apresentam uma melhora expressiva não somente no período de tratamento, mas apresenta um saldo bastante positivo com os pacientes após o tratamento, pois muitos não apresentam recaídas depois do período do processo psicoterápico.

No sentido de prevenir, de tratar e assim colaborar com os estudos relacionados a esta temática, a apresentação deste modelo psicoterápico no tratamento da criança vitimada é fundamental, pois todo processo estará ligado a criança, baseando-se na conceituação, ou compreensão, como suas crenças específicas e padrões de comportamento. Dessa forma o terapeuta tem o papel de produzir várias formas uma mudança cognitiva, ou seja, mudanças no pensamento e no sistema de crenças do paciente e assim produzir uma mudança emocional e comportamental duradoura no paciente (BECK, 2013).

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A História da Família: Concepções Históricas, Religiosas e Educacionais

A princípio o termo família tem sua origem no latim, família, *ae* do vocábulo *famulus*, que significa “domésticos, servidores, escravos, séquito, cortejo, casa, família”. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2004 *apud* FILHO, 2011, p. 21).

O ciclo familiar tem sua origem ainda na formação da humanidade, quando os *Homo Sapiens* formavam “famílias” para garantir sua existência na terra. É de suma importância a compreensão e estudos relacionados a entidade familiar. Os núcleos familiares tiveram seu início da concepção da figura do marido e da mulher e depois ampliando-se com o surgimento de sua prole. E esse núcleo não para de crescer quando os filhos gerados seguindo o exemplo dos pais se unem e começam a formar suas próprias famílias e tendo suas próprias proles, e nessa perspectiva o ciclo familiar continua desenvolvendo-se uma vez que, é natural que vínculo com pais com os outros irmãos continuem fazendo que a família cresça ainda mais (NOGUEIRA, 2007).

A concepção de família é construída mediante a sociedade que a rodeia, mas sua formação se dará de duas formas, são as unidas pelo laço de sangue ou de afinidade. Famílias ligadas por laços de sangue resulta na descendência, já a com os laços da afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e parentes que agregam a família através do casamento. (NOGUEIRA, 2007).

Aos moldes religiosos a família tem sua formação desde a origem da vida.

Deus criou o homem à Sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus os abençoou: “frutificai, disse Ele, e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra (Gn 1, 27-28).

A perspectiva religiosa nos apresenta o que se é conhecido como família tradicional. Os religiosos e leigos que aderem a religião como prática acreditam que este modelo de familiar é a única forma que podem se adequar ao padrão de família. No mundo existe três grandes religiões. São elas: Judaísmo, Cristianismo e o Islamismo, e todas elas acreditam que o modelo familiar teve sua origem na divindade. Para esses religiosos a “família terrena” devem seguir os moldes de “imagem e semelhança da família sagrada” (SOUZA, 2011).

A característica religiosa apresentada através da religião, nos permite acreditar que a percepção familiar está entrelaçada somente nesta formação tradicional, porém com a

apresentação de novos moldes familiares surge por tanto uma nova construção de valores e de crenças ligados a família.

Ludwig Feuerbach (1804-1872), Karl Marx (1818-1883) *et al.* acreditam que a as bases da religiosidade, nada mais é que “senão uma construção da insegurança e do medo diante do futuro” (SOUZA, 2011, p. 169). L. Feuerbach (1804-1872) em estudo observa que, o fato dos homens atribuírem tudo existente a origem divina, é então somente a própria humanidade “projetada no exterior”. Para ele o poder divino é então somente os fenômenos naturais que por sua vez produzem um “alto grau de medo”, ou seja, tudo que a religião traz é o temor que o homem sente, “não de Deus, mas dos seus próprios limites, ou melhor, de si mesmo” (SOUZA, 2011, p. 169).

Marx (1818-1883) também corroborando em com suas pesquisas direcionada as suas críticas não ao “homem singular”, mas ao “homem social”. Para o filósofo são motivos de crítica a família que segue o modelo religioso, pois segundo ele a religião tem sua essência revelada originando-se das relações “sociais e econômicas”. Ele afirma ainda que “uma família, sob a orientação religiosa, pode ser iludida neste vale de lágrimas social” (SOUZA, 2011, p. 170).

Seguindo os aspectos religiosos a criança despenha um papel diferenciado a medida do tempo em que ela viveu, ou seja, culturalmente as crianças da atualidade são tratadas dentro da família em um modelo diferente de crianças que viveram no século passado. Isso se dá, pois, a sociedade está em uma constante transformação, adaptando-se ao meio em que se vive.

Dentro do contexto familiar Philippe Ariès (1981) aponta como a criança na família no séc. XI e XII quando a infância ou “não tentava representa-la”, nesse sentido a criança era vista como um adulto, o autor revela que nessa época era comum ver crianças com os abdomes bem definidos caracterizando-se assim que elas eram adultas em corpos reduzidos. Essa visão da criança ser vista como adulto ainda aconteceu no séc. XII com a pintura do quadro do menino Jesus. Ariès (1981) destaca que a pintura representava “Jesus em pé veste uma camisa leve, quase transparente, tem dois braços em torno do pescoço de sua mãe e de aninha em seu colo, com o rosto colado ao dela” (AIRIÉS, 1981, p.53 *apud* FILHO, 2011, p. 22).

A partir da pintura deu-se início a uma nova perspectiva do que seria a criança. A infância em seu papel histórico dentro da sociedade passou diversas fases nos quais Airès (1981) especifica em sua obra. Foi só então no séc. XVII segundo Airès (1981) que a família é firmada segundo aos planos de Deus. E por esse motivo gera nessas famílias novos sentimentos que é então refletido na criança, originando-se assim os modelos associados às “três forças afetivas: a religiosidade, a infância e a família” (ARIÉS, 1981 *apud* FILHO, 2011, p. 22 a 25).

Essa mudança do papel da criança dentro da família influencia também nos aspectos educacionais. Da mesma forma que a infância foi se modificando através do tempo, a educação também vem se moldando ao tempo e a necessidade social daquele período. O papel da família na educação merece destaque, pois mesmo em tempos difíceis da humanidade ainda é possível ver reações educacionais grandes nestas épocas.

Em seus estudos Ariès (1981) destaca o papel da família inglesa no séc. XV. O processo da educação nesse período é bastante peculiar, embora nos dias atuais algumas práticas semelhantes sejam adotadas por alguns países como no Brasil, em algumas regiões.

As crianças eram resguardadas pelos pais até os sete a nove anos de idade, depois deste período as crianças eram enviadas, tanto os meninos quanto as meninas, para casas de outras famílias onde fariam os trabalhos pesados. Este processo durava de sete a nove anos, nesse período elas eram responsáveis pelos serviços domésticos, essas crianças eram chamadas de aprendizes. Poucos pais não aderiam esse processo, pois não importava o tamanho da fortuna os pais que enviavam suas crianças, também recebiam de outros pais. Para as famílias inglesas essa era a melhor forma de educar seus filhos, pois enviando eles para outras casas as crianças se esforçariam em fazer o trabalho e conseqüentemente seriam bem atendidos (ARIÈS, 1981, p. 206 *apud* FILHO, 2011, p. 26).

Somente no séc. XV que ocorreram grandes mudanças no processo de aprendizagem dentro das famílias, quando o processo de aprendizagem mudou, antes que eram com adultos passou a ser o papel da escola para fazer a educação, antes disso os estudos eram somente garantidos aos clérigos. Então a partir desse período o processo da educação começou a se expandir dentro da sociedade medieval. No Brasil a chegada de novos parâmetros da educação iniciou-se somente com a chegada da corte nas terras brasileiras, esse processo segundo Costa (1999) ficou conhecido como “corrida pelo enobrecimento”. Nesse processo de educação todo influenciado pela Europa, trouxe consigo uma hegemonia de serviços brancos, que como consequência surge as ações chamada de “Medicina Social” que viam os negros como prejudiciais à saúde. Portanto o processo de educação em nosso país aconteceu seguindo os paradigmas da hegemonia dos homens brancos e a dominação e a escravidão do homem negro e a discriminação do índio considerados “destituídos de almas – pecadores hereges” (ARIÈS, 1981; COSTA, 1999 *apud* FILHO, 2011, p. 27, 28).

Contudo percebe-se que o retrato dessa desigualdade ainda é perceptível nos dias atuais onde os negros muitas vezes são vistos como olhos preconceituosos e que foram necessários o uso de cotas raciais para que os negros e índios pudessem ter garantidos o direito a educação em nosso país, graças a uma educação diferenciada dada pelo estado.

3.2 Família e Infância: Matriz de Identidade, Papéis e Disfuncionalidade

Não importa o que seja, todos os indivíduos têm suas características quanto a sua personalidade, embora algumas semelhanças é impossível dizer que existem pessoas com personalidades iguais. Isso acontece, visto que todos têm uma construção histórica diferenciada e conseqüentemente uma construção diferenciada de identidade. Segundo Marra (2010) A construção da identidade abrange o caminho exploratório percorrido pelo jovem dessa faixa etária rumo ao que o define como uma pessoa única, singular (MARRA; COSTA, 2010, p. 53 *apud* MELO, 2011, p5).

Segundo Freud (1856-1939) a criança é um indivíduo totalmente formada por ID, ou seja, nasce com apenas o instinto de sobrevivência. Ele ressalta também que é a “fonte de toda a energia psíquica, tornando-se o principal componente da personalidade”. Segundo Jamiel Lopes (1995) “a criança nasce desprovida de juízo moral” (LOPES; JAMIEL, 1995 *apud* MELO, 2011.) Por sua vez a família surge na vida da criança como matriz de identidade, com isso reforça-se a importância do componente familiar neste processo. Costa (2010) aponta que A relação que um e outro estabelecem com os filhos lhes dá dimensões de reconhecimento, confirmação e posição afetiva dentro do núcleo familiar (MARRA; COSTA, 2010, p. 160 *apud* MELO, 2011, p.5).

Ferrari (2002) por sua vez apresenta para dois momentos fundamentais na formação da identidade da criança na matriz familiar, o primeiro momento está ligado ao processo de cuidados fisiológicos, esse processo corresponde ao “desenvolvimento psicossomático”. O segundo momento está ligado a “evolução da criança, nos processos psicológicos e sociais” (FERRARI, 2002a *apud* FILHO, 2011, p. 35). Então a família como matriz de identidade da criança surge a necessidade primeiramente dos cuidados fisiológicos e suas relações psicossomáticas ligados a psique e já no segundo ligasse no processo de aprendizagem, cultural, sociais, psicológicos, além de valores que vivenciados por cada família (MELO, 2011, p.6).

Esse processo em que a família atua como matriz referencial da criança quando o núcleo familiar apresenta sintomas de uma disfuncionalidade pode ser muito prejudicial na formação de um indivíduo. Etimologicamente falando disfuncionalidade deriva da palavra disfuncional que por sua vez é o contrário de funcional, tem sua origem na adição do prefixo *dis* (separação, dispersão, negação, contrário) e a palavra funcional (relativo a funções), ou seja, é o que funciona incorretamente; que não funciona de forma normal (Infopédia, Dicionário Porto Editora, 2018).

Muitas vezes relacionados a conflitos ou más condutas, a disfuncionalidade na família segundo Filho (2011) “põe em evidencia a má qualidade de comunicação entre os membros da família, principalmente em relação às vivências emocionais”. Ele ainda diz que muitas vezes a comunicação nessas famílias se dá de forma indireta, ou até mesmo não verbal, os membros adotam sentimentos “nebulosos”, que acarreta em uma perda de “contato genuíno”, e por essa perda de valores da comunicação, todos os membros acabam perdendo os valores de suas experiências, dessa forma acaba resultando no reforço da manutenção dos “conflitos intrapsíquicos” (FILHO, 2011, p. 41). Contudo as famílias que experimentam da disfuncionalidade em seu meio resulta em pessoas que não expressão verdadeiramente seus sentimentos, tornando-o superficial ao utilizar “mentiras, segredos, mensagens involuntárias de duplo sentido e discurso confuso” (SCODELARIO, 2002 *apud* FILHO, 2011, p. 41).

Lares disfuncionais apresentam uma série de características comuns que podem ser detectados. Essas características se tornam fundamentais na detecção dessas famílias, pois núcleos familiares que apresentam este tipo de sintomas são mais favoráveis a situações de violência intrafamiliar. Filho (2011) em seus estudos cita a literatura de Amazarray e Koller (1988) eles apresentam as características dessas famílias. Tais como:

Incidência de violência doméstica; existência de padrasto ou madrasta; alcoolismo, nas figuras paternas; pai autoritário ou moralista, em excesso; caricias inadequadas entre pais e filhos; violação de privacidade sexual dos filhos; filhas que desempenham papel de mãe; filhas com comportamento promíscuos e autodestrutivos; crianças isoladas; crianças com comportamento sexual inadequado para sua idade. Como também, famílias com comportamento hostil diante de pessoas desconhecidas e pais que, dificilmente, autorizam a entrevista de um profissional a sós com sua filha (AMAZARRAY; KOLLER 1988 *apud* FILHO, 2011, p. 41).

A identificação dos respectivos sintomas, poderá salvar famílias que possam estar sofrendo de alguma forma violência no âmbito familiar. Vale ressaltar que embora os maiores índices deste tipo de violência possa acontecer em famílias de classe baixa, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos do indivíduo, esse problema deve ser encarado como um ato universal, todos independente de classes, podem estar vivenciando tais problemas no dia-a-dia, especialmente quando há violência for sexual (FILHO, 2011).

3.3 Infância: Sua História e o Abuso Sexual ao Longo do Tempo

A concepção de infância na humanidade vem se modificando ao decorrer do tempo, como já foi destacado neste artigo. Nos últimos anos a criança vem tomando destaque no

mundo. Graças aos estudos sobre a temática é possível afirmar o quanto é importante a formação de profissionais para lidar com as crianças, visto que, o mundo passa por um processo de transformação com a inclusão da tecnologia em nosso cotidiano.

A preocupação com a infância começou a ganhar destaque através de estudos realizados a partir do séc. XIX, em muitos lugares do mundo inclusive no Brasil. A infância mesmo com os sérios problemas sociais que os atingiram desde o século XIX, não foram suficientes para que houvesse estudos científicos relacionados a essa temática. Os primeiros registros de trabalhos científicos relacionados a infância surgem no início da década se sessenta, e nesta época os estudos relacionados a história da infância e a história da educação pareciam temas distintos e inconciliáveis de pesquisa (ARIÈS, 1973 *apud* NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2011, p. 2).

A história da criança em um contexto geral foi dividida em fases e cada fase a criança era vista de uma maneira diferente, pode-se ressaltar o poder da sociedade na mudança das concepções da infância no decorrer do tempo. Ariès (1981) em sua obra destaca que as crianças na era medieval eram vistas como adultos em miniaturas, ou seja, a concepção de infância não existia nesta época. Ao estudar a Roma antiga, percebe-se que o nascimento da criança não era levado em consideração biológico, e sim a aceitação paterna, nesta época a criança surgia na concepção de transformar o homem em pai, onde ao ergue-lo significava o ato de adoção da criança. O autor também aponta que a mudança cultural muda com o surgimento da igreja Católica com a difusão de novos pensamentos como os laços sanguíneos. Foi então somente no século XVIII que a concepção sobre a infância surge “A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios” (NIEHUES; COSTA, 2012, p. 286-287).

E quando falamos do abuso sexual infantil, a história da infância e do abuso acaba interligados, visto que o abuso sexual tem escritos que relatam esse tipo de violência nos primeiros séculos do calendário cristão, em certos períodos atos sexuais com crianças não eram criminalizados como nos dias atuais.

E quando o tema é abuso sexual infantil Lima (2011, p. 29) aponta que “como de natureza social, influenciado de forma marcante pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre, fator este que dificulta uma definição universalmente aceita”. ARIÈS (1981 *apud* FILHO, 2011, p.43) ressalta que “a atitude diante da sexualidade, e sem dúvida tradicionais, a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas a mentalidade”.

Onofre (2010) informa em sua pesquisa que mesmo nos tempos bíblicos e com a vigência da talmúdica, “uma coletânea de livros sagrados dos judeus, um registro das discussões rabínicas que pertencem à lei, ética, costumes e história do judaísmo”. Ainda era possível utilizar a criança de apenas três anos de idade com objeto sexual, desde que o pai aceitasse a situação e recebesse dinheiro que para ele fosse adequado por sua filha. Neste período as mulheres e as crianças eram vistas como propriedade de alguém, por isso “se essa pessoa quisesse vender, alugar ou emprestar, só era preciso estipular um valor”. Então como fossem mercadorias as mulheres e as crianças eram tratadas como simples objetos sexuais e ainda era possível ver, segundo a autora, mesmo que raramente crianças menores de três anos sendo comercializada, pois as mesmas não estavam asseguradas pela lei de talmúdica (BASS E THORNTON 1985 *apud* ONOFRE, 2010, p. 6).

Já no séc. XVI e início do séc. XVII na sociedade burguesa inglesa e francesa segundo Ariès (1981) “o pudor e o respeito para as crianças eram ignorados”. Com isso, era comum jogos sexuais e o “habito de brincar com o sexo das crianças”. Ainda neste período no final do séc. XVI um movimento formado por educadores católicos e protestantes contra as práticas sexuais com crianças, foi só então no séc. XVII que trouxe à tona a sociedade a figura da criança inocente. Com a implementação pedagógica em que comparavam as crianças com anjos e como esse assunto é importante para os cristãos, começou-se assim a agregar um valor moral ao cuidado com a infância. Ariès (1981) “verdadeiro reflexo da pureza divina” (ARIÈS, 1981, 146 *apud* FILHO, 2011, p. 43-44).

Um marco histórico na defesa dos direitos da criança foi a Declaração de Genebra de 1924 que anunciava a necessidade da proteção da criança, e assim da mesma forma e no mesmo período de pós-guerra surgem em 1946 o Fundo das Nações unidas para Infância (UNICEF). Desta forma comprovavam que as crianças necessitavam de cuidados especiais, e esse processo revolucionário surge em período de construção da Europa e a formação de novos países (LIMA, 2011, p. 30).

O Brasil por sua vez tem um papel fundamental na história como o país pioneiro no cuidado com as crianças, colocando em sua carta magna de 1988, no art. 227 o dever da família, do estado e da sociedade para os cuidados das crianças e os adolescentes, o texto aprovado pela ONU em 1899 (LIMA, 2011, p. 30). Contudo ainda é importante frisar que, com a perca de direitos dos brasileiros, também é reflexo na impunidade os quais as crianças e os adolescentes passam, muitas vezes tendo que conviver com próprio agressor, por conta de falhas no sistema.

3.4 Conceituando o Abuso Sexual e Violação Sexual

Na etimologia a palavra abuso tem sua origem do latim *abusus*, ou *abuti* (AB: fora + UTI: usar). Segundo o dicionário Aurélio significa, mau uso; uso excessivo; desmando e desregramento. E seguindo esse contexto o mau uso referisse ao uso excessivo ou injusto.

Tentar definir a abuso sexual é uma tarefa difícil, pois vivemos em uma sociedade que tem esses assuntos e relacionados como tabus. Faleiros (2000) aponta que, para definir corretamente a prática do abuso sexual é necessária compreensão ampla sobre o assunto e sobre o meio em que o envolve. Faleiros (2000) em seus estudos faz uma nova análise das terminologias sobre esse tema, que é importante ser destacado. A autora apresenta esse fenômeno em diferentes termos como: “violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, maus tratos, crime sexual, entre outros”. Ela ainda destaca que muitos desses termos são “indevidamente usados”.

O fato de não ser fácil a identificação e a diferenciação dessas terminologias fizeram com que pesquisadores aderissem palavras-chaves que iriam identificar e assim separar tais casos. Leal (1997) ressalta algumas dessas palavras como: “agressor, vítima, poder, dominação, violência, abusador e troca”. O uso dessa palavra segundo Filho (2011) ajuda na elaboração de ideias para unificação de conceitos (FILHO, 2011, p.45).

Lima (2011) corrobora com o pensamento quando cita as autoras Sharader e Sagot (1998) que define o abuso sexual como:

Atividade coercitiva, pelo uso arbitrário do poder de uma pessoa sobre a outra com a finalidade da primeira obter ganhos sexuais, ao mesmo tempo em que resulta em agressão à dignidade da segunda seja ao nível moral psicológico ou físico (SHARADER E SAGOT, 1998 *apud* DE LIMA, 2011, p. 35).

Contudo, Leal (1997, p. 12) define abuso sexual “como violação de direitos e danos provocados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente”.

O conceito de abuso sexual apresenta diversos pontos sobre o que realmente é, isso o torna bastante importante no sentido que se torna uma pesquisa ampla do conceito dessa nomenclatura. Para pesquisadores com Gabel (1997) o abuso sexual é considerado maus-tratos (GABEL, 1997 *apud* LIMA, 2011, p. 35).

Seguindo estes conceitos, surge nesse meio o abuso sexual infantil. Para Faleiros (2003) em seu argumento descreve o abuso sexual infantil “acerca da relação de poder do adulto sobre a criança e das questões de gênero, da submissão e do uso de outro como objeto de prazer”

(FALEIROS, 2003 *apud* LIMA, 2011, p. 35). Por sua vez o Centro de Dom Hélder Machado Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC, 2018) conceitua a violência sexual infantil “quando alguém, de mais idade, faz uso do corpo de uma criança ou adolescente, buscando sentir prazer sexual, podendo ser de duas formas: a agressão e o abuso sexual”.

Segundo as escritoras Azevedo e Guerra (1989) a relação de abuso-vitimização acontece quando tem o ato ou jogo sexual entre adultos e criança ou adolescente com menores de 18 anos de idades, seja heterossexual ou homossexual, tendo a “finalidade de estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter um estímulo sexual sobre uma pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO E GUERRA 1989, p.42 *apud* FILHO, 2011, p.45).

Seguindo essas perspectivas fica então explicado a necessidade de uma pessoa inteirada sobre o assunto para que não ocorra erros na definição desta situação. São exemplos desse tipo de situação quando acontece a troca do termo de violência sexual e violação sexual.

Está descrito no código penal lei nº 2.848 art. 215 que a violação sexual acontece quando se tem uma “conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima”.

Em seu trabalho de pesquisa Lima (2011) esclarecendo a violência sexual cita Faleiros (2005, p.2) corroborando com o estudo.

A violência sexual contra criança e adolescente acontece em escola mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articulados ao nível de desenvolvimento e civilizatório na sociedade em que acontece. [...] É consensual nos estudos sobre a violência sexual contra criança e adolescentes que esta é uma relação de poder entre desiguais, exercida através da dominação e/ou da sedução (FALEIROS, 2005, p. 2 *apud* LIMA, 2011, p. 37).

Por fim é possível afirmar que a violência sexual não é apenas problemas entre pais e filhos ou tão poucas questões da formação de gênero, mas sim trata-se de uma preocupação social, legal psicológica e emocional (LIMA, 2011, p. 37). Fato é que as crianças que vivenciaram essa realidade estão sofrendo e necessitam de cuidados, pois a dores ocasionadas por estes atos vão além das físicas, estão ligadas também, a “níveis extremos de prejuízos sociais, emocionais e psicológicos [...] da criança que passa por essa experiência” (FALEIROS, 2005 *apud* LIMA, 2011, p. 37).

3.5 O Abuso Sexual Infantil em Diferentes Espaços Sociais

Com bases nos estudos de Lima (2011) este capítulo busca compreender a violência sexual em diferentes ambientes espaços sociais onde a criança pode se tornar vítima de abuso sexual.

O retrato da violência em um parâmetro global é assustador, para muitos países é problema de saúde pública, em todos os aspectos a violência não é bem-vinda, especialmente quando trata-se de crianças. Na última década o Brasil vem passando por mudanças jamais vista, são mudanças políticas, culturais, sociais e religiosas, todavia inerente a essas mudanças a violência sempre esteve caracterizada com um problema que devia ser resolvida.

No Brasil em média a cada 7 (sete) minutos morre uma criança vítima da violência, segundo dados disponibilizados pelo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017), estamos entre os cinco países que mais matam crianças e adolescentes no mundo, por esse motivo acredito que devemos acender a luz amarela, como atenção para tais casos de violência em nosso país.

Pessoas que vivenciaram este ato violento na fase adulta, experimenta sentimento de desamparo e falta de controle em algumas situações, especialmente quando são mulheres, agora reflitamos nos sentimentos que uma criança adquiri ao ser abusada, que em alguns casos tendem a guardar segredo, fazendo com que este ato libidinoso se repita diariamente.

Crianças que sofreram com abuso sexual, além de ser atingida, os sentimentos por ela vivenciadas acabam se estendendo aos familiares. Neste sentido é fundamental considerar e procurar reverter tais sequelas. Para minimizar as consequências negativas imediatas e em longo prazo causadas pelo agressor, as famílias deverão buscar apoio multiprofissional para proteger e garantir um desenvolvimento e crescimento saudável para essas crianças

Embora a maioria dos crimes sexuais acontecidos na infância esteja relacionado ao ambiente doméstico é importante salientar que muitos casos são relatados em ambientes externos sejam por pessoas próximas a criança quanto pessoas que não mantém o contato em seu dia-a-dia.

Faleiros (2005) enfatiza que “o abuso sexual de criança remete a um trauma na qual está inserida a diversa relação do abusador e da criança vitimizada, incluindo não só a família, mas também os profissionais das diferentes áreas, redes de exploração, assim como a sociedade” (FALEIROS 2005 *apud* LIMA, 2011, p. 46).

O abuso sexual infantil, por muitas vezes é encarada pela criança como um segredo que deve ser guardado. Embora o nosso primeiro pensamento seja que a criança conte para um

adulto que possa resolver esse problema, deve ser avaliado a problemática envolvida nesse processo. Em primeiro lugar, a fragilidade familiar no qual a criança possa estar vivendo, as relações sociais que podem ser afetadas caso seja exposto a situação na sociedade. Por esse e outros motivos a criança adere o segredo como uma possível “forma de proteção” (LIMA, 2011).

O fator família também influencia para que aconteça a violência sexual em outros ambientes. Lima (2011) destaca que as que tem casos “uso abusivo de álcool e outras drogas, o estresse econômico e emocional, os conflitos do casal, a ruptura decorrente do desemprego, uniões instáveis e padrões transgeracionais” podem afetar a família completa tornando-se um lar disfuncional. E como já foi visto lares com disfuncionalidade tendem a ser propensos a tipos variáveis de violência inclusive a sexual (LIMA, 2011, p. 46).

Seguindo o contexto da “transgeracionalidade”, (transmissão psíquica entre gerações, fonte: abc da saúde) Lima (2011) cita o Costa, Gramkow, Santana e Ferro (2005) quando os autores afirmam que a “violência na família extensa criam um estado de vulnerabilidade para que a violência aconteça”. Raquel (2001) afirma que, em especial crianças vítimas de abuso sexual “intergeracional” tem sintomas muitas vezes não visíveis. As peculiaridades e as “especialidades” só serão percebidas caso haja “um olhar dirigido às características que permeiam a infância e a família” (LIMA, 2011, p. 46).

Para criança entender o abuso sexual quando elas foram vitimadas, é bastante complexo, por não ser uma ação natural em sua vida. E ao entrar em outros ambientes no qual ela pertence é natural que ela se sinta intimidada, envergonhada, ou até mesmo culpada por ter passado por esse tipo de agressão.

Portanto a significado dos aspectos relacionados ao abuso sexual infantil, pode ser retratada mediante a atuação da família quanto ao indivíduo. Lima (2011) cita Bowlby (1969/1984) quando retrata da reconstrução de vínculos em crianças vítimas do abuso sexual, em sua argumentação o autor diz que, esse processo caracteriza-se com a “vinculação afetiva como resultante do comportamento social de cada indivíduo de uma espécie, diferindo conforme o outro indivíduo de sua espécie com que ele esteja tratando”, ou seja, para Bowlby (1969/1984) os principais fatores que podem interferir nesse processo de reconstrução de confiança pode ser pela “privação da mãe-criança” podendo ser um sério problema, pois a figura materna é fundamental. O autor ainda afirma que, a falta da mãe pode acarretar “anseio libidinal e ao ódio em níveis particularmente elevados”. Por esse motivo o tratamento dessas crianças e adolescentes vítimas sexuais devem ser tratadas como prioridade, a fim de garantir a melhor recuperação da vítima (LIMA, 2011, p. 46).

4. O ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR

4.1 Contexto Histórico

Com as grandes mudanças socioculturais que ocorreram no mundo nas últimas décadas, percebe-se a necessidade de focar na infância como parte importante no desenvolvimento do ser humano. A primeira infância, de 0 a 6 anos de idade segundo Freud (1907/1976a) é uma das principais fases, pois é neste período que a identidade e a personalidade do indivíduo está se formando.

Pesquisadores que tem a infância como linha principal de seus estudos, mostra que traumas acontecidos durante a infância podem mudar completamente o comportamento e a personalidade da criança até o fim de sua vida. No decorrer da história o papel da criança foi tomando forma, todavia no durante o processo histórico da humanidade, a “negligência contra a criança e ao adolescente” tornaram-se marcantes no processo cultural da humanidade. Isso aconteceu, pois ainda não se tinha a noção da fragilidade da criança. Esse processo histórico fica pior, visto que não havia discursão sobre essa temática e suas possíveis consequências (OLIVEIRA, 2006, p 10).

O abuso sexual infantil tem como natureza, à social, influenciado pela cultura e o tempo histórico. O fato de hoje abominarmos quaisquer tipos de violência contra a criança, não significa que este sentimento esteve presente na humanidade ao longo do tempo. Oliveira (2006) citando Azambuja (2004, p. 21) aos olhos de Lourensz e Powell, mostra como a prática sexual com criança na antiguidade era normal, a autora ainda frisa os relatos históricos registrados na bíblia e na mitologia. Ela destaca aspectos relacionados ao infanticídio e o fratricídio que são duas formas da prática de violência. Contextualizando com seus relatos ela conta a história bíblica que Caim o irmão mais velho, matou Abel seu irmão mais novo, enquanto Zeus em outra perspectiva, sequestra o jovem Granimesdes para servir como seu amante. A autora continua citando a obra *A vida dos Doze Césares*, de Suetônio, que em seu livro relata as “inclinações sexuais do imperador Tibérios com as crianças”. O imperador com um grupo de criança se retira até a ilha Capri onde cometeram “atos sexuais vulgares e atenderam a seus desejos pornográficos” (OLIVEIRA, 2006, p 10).

Segundo Sanderson (2005) o infanticídio era uma das práticas mais comuns da sociedade antiga. Já Passetti (1995) conta que neste período acontecia o chamado “o pátrio poder” que, “representava o verdadeiro poder dos pais sobre os filhos”, ou seja, o pai tinha toda autoridade de castigar, mandar flagelar, condena-lo a prisão e por fim bani-lo da família. Já no

governo romano a grande preocupação não estava ligada a proteção da criança e sim o “poder ligados aos bens materiais”. O modelo familiar cujo poder patriarcal era soberano na família só vai sentir alterações no período onde a Igreja Católica no papel do divino, delimitou a atuação do pai na família. Badinter (1985) diz que, a primeira consequência da atuação do poder divino representado pela igreja foi a proibição da morte, seguindo a concepção que o pai não pode destruir o que Deus planejou (LIMA, 2011, p.11).

Em contrapartida desses fatos, existem também outros relatos no oriente antigo, com o surgimento do rei Hamurabi de Babel no período de declínio. Ele foi o responsável por criar o código de Hamurabi. Este código consistia em “disciplinar o mal e os mal-intencionados e impedir que o forte oprima o fraco”, além de disponibilizar uma atenção maior às “viúvas, aos órfãos, aos filhos expostos às sevícias de um pai tirano e às mulheres indefesas”. Em uma época onde o abuso da criança, como outros tipos de violência estavam tão presentes na sociedade, leis como essas foram um salto em prol da segurança da criança (OLIVEIRA, 2006, p 10).

Com o poder da igreja influenciando no âmbito familiar, o processo de abandono em orfanatos cresceu, que ficou conhecido como “roda dos expostos” e o enfeixamento que consistia e deixar a criança toda enfaixada enquanto os pais faziam os afazeres domésticos. Ações desse tipo era comum em todas as classes sociais. Lima (2011) em sua obra cita DeMause (2002) que em seus estudos aponta nos sécs. IV ao XIII, as crianças eram vistas como “possuidoras de um mal” e por esse motivo apanhavam e era mantida afastadas de sua família para evitar criação de vínculos. Poucas famílias efetivamente cuidavam de suas proles, para muitos esses cuidados eram tidas como estorvo (LIMA, 2011, p.11).

Contudo percebe-se que, seguindo o contexto histórico da infância, a figura da criança surge como vítima familiar e social. A partir desta percepção abre-se, portanto, um leque de novas visões referentes ao papel da criança, seja no amparo legal cujo a criança ganha os direitos nacionalmente quanto no âmbito internacional. Nesse sentido a concepção de sexualidade na infância mudou, pois houve a conscientização que a criança não deve ser sexualizada eroticamente. Lima (2011) citando Sanderson (2005) fala da percepção da sexualidade que “está mais direcionada para como pensam sobre o corpo e como se sentem em relação a ele, o crescimento físico e as mudanças, o relacionamento uns com os outros e a definição de gênero” (LIMA, 2011, p.34).

Contudo, destaca-se a criança que, ao longo do tempo sofreram com diversas formas de violências. Por esse motivo torna-se importante o estudo histórico, a fim de abrir novas concepções referentes a essa temática na sociedade, para que possamos conhecê-las melhor em suas “condições de vida, sua origem cultural e sua cultura” (LIMA, 2011, p.35).

4.2 Conceito e Características do Abuso Sexual Intrafamiliar

Como já visto neste trabalho abuso se define como uso exagerado ou mau uso, uso desregrado. E adicionando essa definição junto com o sexual, a definição torna-se o mau uso do sexo ou até o uso desregrado do sexo. Este termo é usado para definir uma ação onde é necessário de no mínimo dois indivíduos e um indivíduo se sintam forçado a fazer sexo ou algo semelhante a isso com o outro indivíduo, seja a força, ou ameaças, ou até vantagens que a vítima seja incapaz de negar.

Tendo visto a definição, Lima (2011) afirma que esse fenômeno não é recente. Essa afirmação é correta verificando os estudos históricos que mostram na antiguidade contato sexual entre crianças e adultos. E deste período até os dias atuais, a sociedade passou por uma transformação que parte desde a negação do abuso sexual até a aceitação de que este fato existia e que é um problema a ser combatido. Todavia, nos últimos anos esse tema vem ganhando destaque em artigos, pesquisas, na mídia e em outros meios de comunicação, fazendo que este problema fosse visto com mais frequência e com atenção especial (DEBLINGER; HEFLIN; FORES, 1992/1994/1995 *apud* LIMA, 2011, p.35).

Pedersen (2010), avalia a violência sexual na família como “uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social”. Para a autora a violência intrafamiliar “é uma expressão extrema de distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, de distribuição desigual de renda, da descriminalização, de raça e de religião”. Historicamente a mulher assume um papel secundário quanto ao poder do homem na família. A autora mostra a importância da mãe dentro de um lar como forma de minimizar a violência sexual na família (PEDERSEN, 2010, p.45).

No Brasil o assunto só veio ganhar destaque em meados dos anos 60, neste período destaca-se as diversas pesquisas sobre a temática, os estudos apontaram que na maioria das vezes a violência contra a criança e ao adolescente acontecia por parte de seus familiares. Detectou também que a maioria dessas práticas de violência são de ordem física, se destacavam principalmente a violência sexual, em suas diversas variações como a “negligência, exploração sexual, prostituição e trabalho forçado (BENETTI 2002 *apud* PIMENTEL; ARAUJO, 2006).

Pedersen (2010) faz uma ligação quanto a causa dessa violência e percebe-se que a negligência é um dos principais fatores que influenciam nessa prática. Crianças ou adolescentes que passam por esse tipo de violência tendem a prejudicar alguns aspectos de seu desenvolvimento. Citando Scobernatti (2005) que ao falar da negligencia familiar cita Guerra (2005) quando diz:

[...] todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e/ou adolescentes, que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é uma negação do direito que a criança e adolescente têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (GUERRA *apud* SCOBERNATTI, 2005, p. 83 citado por PEDERSEN, 2010, p.45).

Contudo a família que tem em suas práticas o abuso sexual tem suas características próprias e quando é usado o termo de abuso infantil nos é apresentada uma temática bastante ampla e alcança um “nível de extrema complexidade, tendo em vista os aspectos históricos, culturais e sociais em que o abuso está envolvido” (LIMA, 2011). Sanderson (2005) com seus estudos nesta área, afirma que, ao pesquisar sobre abuso sexual infantil existe uma grande complicação, pois existe o fator cultural que dificulta as amostragens estatísticas (SANDERSON 2005 *apud* LIMA, 2011).

Pôr a criança ser frágil fisicamente e imatura, muitas são vitimadas. O abuso infantil pode ocorrer de diferentes formas, ele está dividido em quatro categorias: abuso físico, abuso emocional, negligência e abuso sexual. Essas definições foram “inspiradas na concepção literária do Departamento de Saúde do Reino Unido, 2003” (LIMA, 2011. p. 36).

O abuso sexual na infância refere-se diretamente em forçar as práticas sexuais com crianças ou adolescentes. Este método tende de compelir a crianças ou o jovem a tomar parte em atividades sexuais, que podem envolver o contato físico, com penetração ou não, ou ainda a exposição da mesma à materiais pornográficos ou que a vítima aprecie atividades sexuais (LIMA, 2011).

A partir desse entendimento percebe-se que o papel da família como protetora pode ser alterada mediante a violência praticada em seu meio. Nesse sentido a violência sexual pode ser praticado de diferentes formas e em diferentes espaços especialmente na família, mas é fundamental que haja a diferenciação desses espaços, pois dependendo de onde ocorreu vai ser necessário cuidados diferenciados. As consequências do abuso sexual devem ser enfrentadas diretamente, a fim de proporcionar cuidados que efetivamente cuidarão dessas vítimas (BENETTI 2002 *apud* PIMENTEL & ARAUJO, 2006).

4.3 Perfil das Famílias com Ocorrências de Abuso Sexual Intrafamiliar

A segundo Minuchin (1985, 1988):

É um complexo sistema com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em que busca da melhor forma possível a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo (MINUCHIN 1985, 1988 *apud* FACO; MELCHIORI, 2009, p. 122)

Percebe-se, portanto, que a família na vida da criança tem o papel de cuidadora, ou seja, resguardar a criança de todos os males que por ventura possa acontecer. No entanto a figura da família protetora pode haver suas rupturas, à medida que essa função não seja uma realidade na vida daqueles que compõe o lar. Inerente da composição familiar a violência sexual pode estar presente na vida de qualquer família, independente da origem, da raça, da cultura ou da religião. Esse tipo de violência é a realidade vivida por muitas famílias, diariamente passam por esse tipo de problema. Todavia, a violência sexual intrafamiliar predomina em alguns perfis de famílias em nossa sociedade.

Estudos realizados no Brasil, embora exista carência de pesquisas a esse respeito, foi possível verificar em uma amostra de 1.193 adolescentes em Porto Alegre, revelou que 2,3% já tinham sido vítimas de algum tipo de abuso sexual na infância e 28% informa conhecer pessoas que foram vítimas de ato de violência sexual (ALMEIDA, 2011). Dados os fatos, é notório que ainda hoje seja possível detectar vários aspectos que podem influenciar o abuso sexual entre familiares.

Filho (2011) com base em estudos realizados por Azevedo e Guerra (1994) aponta quatro fatores que podem influenciar esse tipo de violência sexual na família. O primeiro é “despotismo familiar”, esse fato acontece quando o chefe da casa, “geralmente, o pai exerce um poder arbitrário, reforçado por ameaças e torturas físicas e/ou psicológicas e segredo bem guardados, com a conivência dos demais ou de boa parte dos familiares”. Neste sentido surge também a situação da “prepotência” quando a mulher assume o papel e chefe da família e assim a provedora maior, por esse motivo ela abusa da autoridade usando a criança ou qualquer membro familiar como se fosse um objeto para satisfazer seus desejos (AZEVEDO E GUERRA 1994, p. 91 *apud* FILHO, 2011, p. 52).

As autoras apontam a segunda característica que consiste em “falta de limites”, isso acontece quando a uma inversão de papéis, onde as crianças são postas com frequência há “paternalizar os pais”. A terceira característica é apontada como “confusão de discursos” que consiste em “distorção de resposta”, ou seja, “a criança pede carinho e recebe sensualidade; pede proteção e recebe abuso; pede respeito e recebe coação, chantagem humilhação” (AZEVEDO E GUERRA 1994, p. 91 *apud* FILHO, 2011, p. 52).

A quarta característica é a “toxicidade”, geralmente os pais usam de “práticas abusivas, intoxicam, compulsivamente os seus filhos” (PIRES FILHO, 2011, p. 52). Filho (2011) ainda completa com os pensamentos das autoras citando que a dinâmica da violência doméstica vem se comparando com à dinâmica de drogas (AZEVEDO E GUERRA 1994, p. 91 *apud* FILHO, 2011, p. 52).

Com isso, nota-se algumas características dessas famílias que podem ter em sua realidade casos de abusos sexuais no âmbito familiar.

Ao questionarmos sobre essa dinâmica de abusos intrafamiliar, percebemos sempre existirá uma fragilidade na proteção da criança. As autoras Penso, Costa e Almeida (2005), em sua obra denominada de Pequenas histórias, grandes violências, retrata a figura materna contando seus relatos sobre o abuso sexual em um grupo multifamiliar. E as reflexões citadas no livro de Lima (2011) a respeito desta obra retrata as mães e o que elas enfrentam para conter a violência sexual dirigida às crianças e aos adolescentes, em ambientes de elasticidade e fragilidade que as crianças e adolescentes passam em meio ao ambiente familiar, tornando-se assim em alvos fáceis. Corroborando este pensamento Amendola (2004) ressalta a importância da mãe em casos de abusos sexuais e que a falha da maternidade deve ser vista como fator importante na origem do abuso. As mães não-protetoras podem ser identificadas perante ao discurso sempre permeando a ambiguidade e contradições, mesclando-se em indícios de culpas e justificativas para a ocorrência do abuso (AMENDOLA, 2004 *apud* LIMA, 2011).

Todos esses fatos citados dificultam uma eventual denúncia, portanto além de contribuir com o agressor garante também que o ciclo abusivo continue, para alguns autores casos como esses onde os segredos são mantidos, as mães passam a ser “cumplices silenciosas” e também existem casos em que a mãe assume de fato o papel de corresponsável pela agressão e se utiliza do abuso como “fator regulador de conflitos na família” (FURNISS, 1993 *apud* LIMA, 2011). Nestes casos as mães delegam, portanto, a filha(o) para ter obrigações conjugais e exigindo assim uma quota de sacrifício para contribuir com a manutenção da família, provendo ao homem provedor do núcleo

Diante disso, é possível entender a família como um sistema no qual a proteção do indivíduo desse meio é fundamental, porém existem problemas que podem influenciar para que esse ciclo possa ser quebrado e assim causando rupturas nesse contexto familiar. Por esse motivo se faz necessário formas de combater esse fenômeno, é necessárias novas políticas públicas, afim de tratar esses sistemas familiares e garantir segurança as possíveis vítimas sexuais (PIMENTEL & ARAUJO, 2006).

4.4 Consequências do Abuso Sexual em Crianças

Pesquisas mostram que diariamente são feitas diversas denúncias de abuso sexual em nosso país, todavia embora o constante crescimento de trabalhos relacionados a violência sexual, os números de casos só aumentam ao passar do tempo. Então cabe uma avaliação especial nesses tipos de caso.

Na mídia é frequentemente mostrado casos de crianças que sofreram abuso sexual, nesse sentido, também conta todo o relato do que aconteceu com o violentador, mostra também a alguns indivíduos da sociedade que relatam o ódio por esse tipo de pessoa. E esse é um trabalho importante, pois mostra a população a presença do fato na sociedade, porém em dias esse caso para de ser promovido e imediatamente é esquecido até que surja outros casos semelhantes a esse. No entanto, muitas vezes a sociedade acaba sendo negligente com a criança, pois esquece da criança violentada, não questionando sobre os efeitos daquele abuso e como vai influenciar em sua vida, especialmente quando é uma pessoa familiar da mesma.

Contudo inúmeros danos podem ser agregados a vida da criança vítima de abuso sexual nos principais aspectos de seu desenvolvimento como físico, psíquicas, sociais entre outras. Esses danos podem influenciar seriamente na vida da criança “que passou por determinada violência”, que além de danificar o estado de saúde da criança traz também suas consequências que “são primeiramente uma violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade para acontecer” (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 245 *apud* FLORENTINO, 2015, p. 140).

Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independentemente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas” (PRADO, 2004 p. 64 *apud* FLORENTINO, 2015, p. 140).

Filho (2011) corroborando com suas pesquisas cita Sattler (1993, p 45-46) por sua vez comenta que muitos casos são “diretamente expressados”, ou seja, apresenta perceptíveis como traços da violência física, porém outros surgem como sintomas, exemplo: “depressão, tentativa suicida, distúrbios de sono e de alimentação”. Para a autora o fato da criança se manter isolada perdendo todo tipo de laço de amizade pode ser um sintoma de abuso sexual. Crianças que passam por esse tipo de violência geralmente não toleram contato “autentico” com outras pessoas (SATTLER 1993, p 45-45 *apud* PIRES FILHO, 2011, p. 56).

A idade da criança também é um fator que influencia na formação dos sintomas, da mesma forma que o tempo que durou o abuso, a diferença de idade entre a criança e o abusador, a falta da figura parentais influencia nos danos psicológicos da criança (FURNISS 1993, p. 15 *apud* FILHO, 2011, p. 56).

Um motivo que pode agravar a situação da criança vitimada é quando a família, a escola os médicos ou agentes legais, ignoram o que a criança conta, duvidando do que foi relatado ou até responsabilizando a criança pelas as agressões. Ações dessa forma só tornarão mais dolorosos esses momentos vivenciados pela criança (MATTOS, 2002, p.181 *apud* FILHO, 2011, p. 57).

A maioria dos pesquisadores concorda que o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151 *apud* FLORENTINO, 2015, p. 140).

As consequências que vem através dos abusos sexuais são inúmeras, muitos sintomas podem ser ligados a essa prática de violência, porém as sequelas mais visíveis são apresentadas fisicamente e psicologicamente na vítima. E como já visto dependendo da intensidade ela pode trazer danos irreversíveis. Diolina e Lima (2013) citando a psicóloga Maria B. Boarati (2009) afirma que:

No âmbito da saúde são variadas e numerosas, incluindo efeitos no campo físico e emocional, a curto e longo prazo, além de haver um consenso na literatura acerca do ciclo de repetição do fenômeno que se estabelece nas pessoas que sofreram maus-tratos. A partir de um viés psicanalítico, considera-se que o fato traumático pode ser reproduzido, mesmo que sutilmente, nos relacionamentos que se estabelecem, com características de "isolamento e indisponibilidade para relacionamentos, sobretudo amorosos, e entre as gerações, em uma cadeia de violências intrassubjetivas, intersubjetivas e transubjetivas". Pela complexidade do fenômeno, as intervenções neste campo devem se pautar na interdisciplinaridade, com necessidade de boa comunicação entre os profissionais e serviços que atuam com esta população (BOARATI,2009 *apud* BIOLINA; LIMA, 2013, p. 12).

Tendo em vista os aspectos observados, crianças que sofreram com abuso sexual estão dispostas a uma série de fatores negativo, neste sentido é fundamental considerar e procurar reverter tais sequelas, afim de minimizar as consequências negativas imediatas e em logo prazo causadas pelo agressor, as famílias deverão buscar apoio multiprofissional para proteger e garantir um desenvolvimento e crescimento saudável para essas crianças.

4.5 Síndrome do Segredo e da Adição

Furniss (1993) em seu trabalho “Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar” fala que, para o abuso sexual possa existir, é necessário ser desencadeado uma série de situações e fatores de risco que acabam se mantendo interligados, entre elas está a “síndrome de segredo” e a “síndrome de adição”, essas “síndromes” permitem que o agressor possa dar continuidade a um ciclo de abuso formado dentro da família.

Nesse sentido muitas vezes o adulto apresenta às crianças “atividades como se fosse jogos ou brincadeiras, evoluindo em contatos, desde as brincadeiras que expõe o corpo, passando por toques carícias, até a ocorrência de sexo oral, anal, vaginal” (LIMA, 2011.p.43).

A partir da violência, gera dentro do ambiente intrafamiliar os sentimentos de medo, desamparo e isolamento, fatores que acabam contribuindo para que aconteça a síndrome do segredo. Outros tipos de abusos como físico, psicológicos, negligência está ligada diretamente ao abuso sexual e por esse motivo dificulta o rompimento dessa dinâmica familiar (DE ANONI; KOLLER, 2003; HABIGZANG; CAMINHA,2014; KELLOGG; MENARD, 2003, *apud* LIMA, 2011).

A fim de que haja uma compreensão adequado da temática é necessário entender a diferença entre abuso e incesto, ambos podem levar a criança ao desenvolvimento da síndrome, todavia relações incestuosas tendem a ocasionar este tipo de dano na criança com mais facilidade, visto que o abusador sendo da família pode estar diariamente em contato com a criança, portanto, essa relação se estende sendo repetidas inúmeras vezes.

O abuso sexual infantil pode ser dividido em dois casos, o extrafamiliar que são aqueles que envolvem crianças ou adolescentes em outros ambientes sociais, fora do ambiente familiar, ele se caracteriza por exposição a pornografia e exploração sexual, podendo ser expandido ao toque e carícias e ao sexo seja oral, genital ou anal. Existem também o intrafamiliar no qual a vítima pertence à mesma família do violentador, hoje é considerado membros intrafamiliares tutor, padrasto, membro da família ou familiar à criança. Neste meio também existem as relações incestuosas, podendo ser praticadas por madrastas, meios-irmãos, avós, e até namorados ou companheiro que morem junto com o pai ou a mãe caso assumam a função de cuidadores (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 1993; FORWARD; BUCK, 1978 *apud* LIMA, 2011, p.42).

Segundo Koller (1999), citado por Lima (2011), destaca que as famílias incestuosas apresentam relações interpessoais assimétricas e hierárquica, nas quais existe uma desigualdade

e ou uma relação subordinada, ou seja, família que apresentam essas características são mais vulneráveis em casos de abuso sexual intrafamiliar.

4.5.1 Síndrome do Segredo

A síndrome do segredo é bem comum, a presença dessa síndrome é de grande perigo, pois pode significar que o ciclo de abuso possa estar acontecendo na vida da criança, mesmo detectado a violência sexual, outras formas agressão pode estar sendo vividos pelas mesmas crianças. A síndrome consiste “na ocultação da verdade dos fatos, tanto pela criança quanto pelos próprios familiares (quando cientes)”. O segredo é mantido com o objetivo de manter “inalterada a rotina doméstica”. (BALBINOTTI, 2008, p. 6)

Existem vários fatores que podem influenciar a formação do segredo. Balbinotti (2008) em seu artigo cita Tilman Furniss (1993), que aponta alguns fatores externos e internos que podem levar a síndrome do segredo.

[...] a falta de evidências médicas e de elementos para comprovar o abuso sexual infantil, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, a falta de credibilidade ao menor, as consequências da revelação, ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade, medo de punição pela ação que participou, a culpa da criança, a negação e a dissociação” (FURNISS, 1993, p. 29 *apud* BALBINOTTI, 2008, p.6)

Uma série de evidências podem ser agregadas há história da criança, quanto ao acusador Furniss (1993) fala da falta de evidência média. Quando é descoberta que a criança passou por abusos sexuais, ela é enviada para hospitais que farão seu corpo de delito, onde vai ser feita uma vistoria em todo seu corpo, afim que comprove a existência do abuso. Porém a falta dessas evidências possa motivar ações de represália da família para com a criança. Outro motivo no qual a criança pode se deparar é quando acontece a falta de credibilidade no que a criança relata, seja no âmbito familiar ou no sistema legal. Balbinotti (2008) ainda cita que as crenças desenvolvidas como “crianças mentem e adultos falam a verdade” ou “a comunicação das crianças é menos válida ou menos confiável” pode acarretar prejuízo no processo judicial (BALBINOTTI; 2008, p. 6).

Oliveira (2012) menciona Crivillé (1997) onde afirma que a manutenção do segredo o temor da criança, é formado por “diversas experiências de interação com o adulto”, a criança neste ponto tem como se suas palavras não sejam suficientes para debater os argumentos do adulto (CRIVILLÉ, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2012 p. 243).

Acreditar ou não na palavra da criança é um problema que os adultos têm entre si. São os adultos que, afinal de contas, definem as regras do “jogo” e sua arbitragem. A criança não pode fazer mais que falar ou se calar. Será ouvida apenas em função daquilo que os adultos pensam ou querem pensar dela” (CRIVILLÉ, 1997, p. 133 *apud* OLIVEIRA, 2012 p. 243).

Outro aspecto que pode colaborar no processo do segredo é a culpa. Balbinotti (2008) referindo Furniss (1993) em seu trabalho destaca a culpa como um dos fatores do segredo e ainda relata o aspecto psicológico seguindo este sentido.

O aspecto psicológico de sentir-se culpado está ligado ao aspecto relacional da participação e resulta do fato de que a pessoa que cometeu o abuso e a criança estão igualmente envolvidas no abuso em termos interacionais. A distinção entre o aspecto legal e psicológico de culpa significa que apenas o progenitor pode ser considerado culpado. Mas a pessoa que cometeu o abuso e a criança podem sentir-se igualmente culpados, como uma expressão dos eventos psicológicos que se derivam da experiência na interação abusiva (FURNISS, 1993, p. 35 *apud* BALBINOTTI, 2008, p. 8).

Não é raro, porém é um agravante é o fato da negação de todo o episódio relatado por parte da mãe. Conhecido também como ‘síndrome da alienação parental’, consiste na incapacidade acreditar nas revelações, com isso leva a criança a crer “que ninguém se preocupa com ela e seu relato sobre os fatos abusivos não interessa”. Ainda é possível verificar casos onde as mães preferem a companhia do “marido-agressor”, pois nela existe o medo das consequências do “desamparo e subalternidade” (BALBINOTTI, 2008, p. 8).

Crianças que sofrem abuso, tendem a ficar marcada por toda sua vida. A criança que sofre do desamparo regem de diferentes formas, e uma pode ser caracterizada de acordo com Furniss (1993) como ‘dissociação’, que consiste em “estados alterados de consciência para desligar-se da dor ou para dissociar-se de seu corpo, como se estivesse olhando à distância para a criança que está sofrendo o abuso” (FURNISS. *op.cit.*, p. 35. *apud* BALBINOTTI, 2008, p.9).

Outras características da síndrome do segredo é que as crianças fingem “que não são elas que estão sofrendo a violência”, neste caso a criança na busca de sobreviver acabam adotando este pensamento. Essa característica se apresenta quando a violência com a criança se perdura por muito tempo ao longo dos anos. Crianças que são abusadas e já tem as características da síndrome do segredo tendem na vida adulta ter sério “distúrbios de personalidade e trauma permanente devido aos momentos de terror sofridos na infância” (BALBINOTTI, 2008, p. 9).

Dado o exposto, crianças diagnosticada com a síndrome do segredo, merecem um cuidado especial, pois embora seja difícil, o tratamento deste público é fundamental, dado que se trata de crianças que vem sofrendo a anos esse tipo de violência e que se faz necessário a reconstrução de laços com a sociedade, com o objetivo de dar uma melhor condição de vida.

4.5.2 Síndrome da Adição

É inegável os danos que podem correr as crianças vítimas do abuso sexual, entretanto o violentador quando a prática é excessiva, acaba tornando esta violência em habito, para muitos estudiosos o vício de abusar criança se compara com o de entorpecentes. Então percebe-se que a ‘síndrome de adição’ é aplicada ao agressor da criança.

Esta síndrome surge nos violentadores e é uma complementação da síndrome do segredo que é desenvolvida na vítima e/ou na família. A síndrome da adição no violentador caracteriza-se quando o agressor sabe que está incorreto, pois está prejudicando o menor, todavia não tem controle pelos seus atos. Mesmo não proporcionando prazer, “apenas alívio de tensão, o processo é conduzido pela compulsão à repetição” (BALBINOTTI, 2008, p. 10).

Oliveira (2012) valida o pensamento quando cita Furniss (1993), o autor explica que, o princípio da sua prática é o “alívio de tensões”, ele ainda aponta que antes de ser conhecida como forma de adquirir prazer sexual, a priori ela era caracterizada como “compulsão que indica falhas no controle interno, o qual deveria obstaculizar a efetivação do ato abusivo” (FURNISS, 1993 *apud* OLIVEIRA, 2012 p. 239).

Alguns aspectos da adição podem também surgir nas vítimas de abuso. Muitas vezes ele apresentado como sintomas “aditivos comuns a drogadição”, portanto, é comum o uso de “álcool e cigarro e, algumas vezes, a dependência em tranquilizantes” (BALBINOTTI, 2008, p. 10).

Oliveira (2012) citando Azambuja (2004), esclarece essa situação:

A literatura refere que a maioria dos pais abusadores que têm relações incestuosas com suas filhas são pessoas introvertidas, que tendem a viver isolados e muito mais voltados para a família. As mães, por sua vez, normalmente desempenham um importante papel facilitador da ocorrência do incesto entre o pai e a filha. Frequentemente, as mães, dependentes, estão ansiosas para manter o marido ou companheiro, devido às suas próprias necessidades e ao apoio financeiro que recebem do varão, vendo na filha uma maneira de proporcionar uma atração sexual ao marido que ela própria não tem condições de oferecer. Esta ocorrência é mais observada nos casos em que a mulher é frígida, rejeitada sexualmente ou possui comportamento promíscuo (AZAMBUJA, 2004, p.130, *apud* OLIVEIRA, 2012, p.10.)

Por isso tudo, é possível afirmar que o abusador sexual não tem identidade. Oliveira (2012) ainda destaca que o abusador tem suas características, possuem padrões geralmente são os moralistas, que aparentam ter uma vida regrada na sociedade, mas em casa adoram outras condutas.

4.6 Abuso Sexual em Meninos

É discutível a importância da promoção dessa temática na sociedade. No contexto literário pode-se encontrar muitos artigos e obras literárias em que o abuso sexual infantil ou até o próprio crime da pedofilia sendo publicados anualmente, todavia é perceptível que na literatura onde esses temas são explorados existe uma carência enorme de material que envolva a figura masculina como vítima desta violência. E esta falta de literatura nessa perspectiva, faz que a discussão seja mais limitada, embora exista números crescentes de meninos vítimas sexuais.

Fato é que a maioria da violência sexual tem como vítimas as mulheres, nos dois aspectos existentes seja intrafamiliar ou extrafamiliar, a mulher ainda continua em primeiro lugar quando o assunto é abuso sexual. Dados mais atualizados em uma pesquisa publicada pela BBC Brasil (2015) aponta que, somente em 2014, foram 22.450 denúncias feitas de abuso sexual de crianças e adolescentes, ou seja, uma média de 61,5 por dia. Desse total 17.630 foram abusos onde meninas estavam envolvidas e 4.820 abusos onde meninos estavam envolvidos.

Pesquisadores apontam que um dos grandes fatores que impedem o surgimento de maiores dados quando meninos são vítimas é a falta de comunicação ou a diminuição do abuso, Kristensen (1996) considerando somente o abuso sexual em meninos cita Watkins e Bentovim (1992) que fala alguns fatores que poderiam ser o motivo, o “medo da homossexualidade, respostas emocionais diferentes, falta de supervisão, atribuição da culpa ao menino, dificuldade em perceber indicadores de abuso pertinentes a meninos e negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, pelo pai ou por outra criança” (WATKINS E BENTOVIM, 1992 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 17).

Existem várias categorias que o abuso sexual em meninos possa se enquadrar. Estudos apontam que a maioria dos casos acontecem com pessoas familiar ao menino, destacando-se o pai e o padrasto. (WATKINS E BENTOVIM, 1992 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 28).

Pesquisa realizada em Porto Alegre no ano de 1992, identificou que cerca de 50% dos abusos eram realizadas pelo pai e cerca de 25% pelo padrasto. Outro estudo realizado agora no estado de São Paulo citados por Kristensen (1996) e realizados por Cohen (1993b) indicam no

contexto intrafamiliar cerca de 41,6% é responsabilidade do pai, 20,6% pelo padrasto, 13,8% pelos tios, 10,6% primos e 3,7% os irmãos. Estes abusos estão relacionados a relacionados ao incesto na família. (COHEN, 1993 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 20).

Casos que ainda chamam atenção, é o abuso sexual entre irmãos. Por serem difíceis de fazer o levantamento e complicado quanto a definição do que verdadeiramente acontece no abuso (Cantwell, 1988; Johnson, 1988; Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993 *apud* KRISTENSEN Christian Haag, 1996, p. 20). Para Cantwell (1998) ações como despir-se juntas e olhar a genitália de outra criança, “estariam dentro de um limite de normalidade”, todavia o “contato oral-genital ou a penetração anal ou vaginal com dedos e objetos seriam comportamentos inadequados” (CANTWELL 1998, *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 20).

Kirschner, Kirschner e Rappaport (1993) sugerem que exista uma diferenciação entre masturbação entre duplas ou grupo e com um irmão da mesma faixa etária, como também, entre irmãos com idades significativamente diferentes. Os autores ainda complementam quando dizem que no segundo a participação nem sempre é voluntária, “podendo haver o uso de ameaças ou mesmo violência física, caracterizando uma situação de abuso sexual incestuoso” (KIRSCHNER; RAPPAPORT 1993 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 20).

Da mesma forma que na menina os abusos sexuais em meninos trazem a mesma carga de possíveis consequências para a vítima. Mesmo que não exista um perfil de meninos que possam ser vítimas da violência sexual, existem fatores de riscos que merecem destaque como, “residir somente com a mãe, ou com nenhum dos pais; possuir pais recasados ou separados, abusadores de álcool ou com comportamentos criminais; meninos negros ou pardos; e fatores socioeconômicos, como pertencimento a camadas sociais de níveis mais baixos” (HOLMES; SLAP, 1998 *apud* HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012, p. 401).

Em seu estudo Kristensen (1996) demonstra que meninos de até seis anos estão mais propensos a abusos intrafamiliar. Já Holmes & Slap, (1998) demonstra em suas pesquisas que meninos acima de doze anos estão mais propensos a violência sexual extrafamiliar (KRISTENSEN, 1996 E HOLMES & SLAP, 1998 *apud* HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012, p. 402).

Ainda em uma revisão acadêmica sistemática realizada por Holmes & Slap (1998), detectou que entre 54% e 89% da violência sexual em situação extrafamiliar, cerca de 21% e 40% foram cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Foi mostrado também que cerca de 21% a 40% foram casos que só aconteceram apenas uma vez, entre 17% e 53% foram casos que duraram de 6 a 48 meses (HOLMES & SLAP, 1998 *apud* HOHENDORFF, HABIGZANG, KOLLER, 2012, p. 403).

No Brasil a relação de meninos abusados sexualmente embora não tenha um consenso geral, foi percebido que existem tendência para que o crime aconteça. Meninos na faixa etária de 12 anos estão mais propensos a se tornarem vítimas desta violência. Uma possível explicação é que meninos dessa faixa etária tendem a se tornar vítimas, pois é o período em que acontece seu desenvolvimento físico e cognitivo (HOHENDORFF, HABIGZANG, KOLLER, 2012, p. 402).

No que é perceptível, as consequências do abuso sexual em meninos atingem primeiramente as concepções “cognitivas, emocionais e comportamentais” muitas vezes os reflexos desses problemas são apresentados como “problemas de aprendizagem e problemas escolares” (HOHENDORFF, HABIGZANG, KOLLER, 2012, p. 404 *apud* FILHO, 2011). Embora os sintomas sejam definidos, deve-se da importância a dois pontos, o primeiro é que somos indivíduos diferentes, cada um vai responder de um jeito e o segundo é o tempo em que a vítima passou sendo abusada. Kristensen (1996) mencionando Watkins e Bentovim (1992) os autores argumentam que “os efeitos a curto prazo são aqueles detectáveis ainda na infância, enquanto os efeitos a longo prazo manifestaram-se em adultos” (WATKINS E BENTOVIM 1992 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 23).

Outro problema importante que deve ser citado é quando a vítima se torna o abusador. Kristensen (1996) referindo aos trabalhos de pesquisa de Schetky (1990) “identificou a erotização e sexualização do comportamento e a revitimação, que é o menino colocar-se novamente numa posição de vítima” (SCHETKY, 1990 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 24). O autor a fim de alertar sobre este problema cita Watkins e Bentovim (1992) quando ele indica ser um sério problema, pois é um risco grande a manifestação destes sintomas em meninos, visto que, esse comportamento pode torna-lo uma pessoa abusiva e então se tornando um abusador (WATKINS E BENTOVIM, 1992 *apud* KRISTENSEN, 1996, p. 24).

Dado o exposto, percebe-se que, mesmo pouco divulgado o problema de abuso sexual em meninos existe em nosso meio e ele é tão nocivo quanto a violência sexual em meninas. É perceptível o quanto é prejudicial na sociedade, tendo vista que sem trabalho correto as vítimas podem se tornar o violentador, tornando-se um ciclo interminável. Ressalta-se também a falta de pesquisas referentes a este tema, mesmo se mostrando um problema sério.

4.7 Escola na Prevenção do Abuso Sexual

No âmbito escolar é inegável a existência do abuso sexual, considerando os inúmeros relatos de crianças e jovens que passaram por esse crime. Relatos como da jovem paraibana que

em 2015 através das redes sociais conta como era ter um professor abusador e como ela sendo vítima processava os acontecimentos e os transformava em sentimento de culpa. Porém não se pode negar o papel da escola como ferramenta para prevenção de abuso cometido tanto em ambiente extrafamiliar quanto intrafamiliar.

As escolas muitas vezes adotam programas, com a finalidade de prevenir o abuso sexual. Paiva (2015) mencionando o artigo *Prevention of child sexual abuse: myth of reality* de Reppucci e Haugaard (1989) colocam em xeque a eficácia desses programas. Segundo os autores muitos projetos que hoje são adotados pelas escolas foram projetados para o ensino fundamental (que são crianças de 6 a 15 anos) e são adaptados para educação infantil (crianças de 1 a 5 anos) e para os autores essa adaptação dificulta a eficácia dos programas (REPPUCCI E HAUGAARD 1989 *apud* PAIVA, 2011, p. 151).

Um questionamento que é levantado por uma parte da sociedade brasileira, é o que as aulas ou projetos onde as temáticas do sexo sejam abordadas possa ser um problema, pois estariam erotizando as crianças. Em consequência disso, muitas escolas preferem não adotar essas medidas cautelares que poderiam ajudar a minimizar os inúmeros casos de violência sexual. Soma (2014) em seu artigo aponta a pesquisa realizada por Brown, Cohen, Johnson e Salzinger (1998) sugere que crianças que não tem nenhum fator de risco, ainda há uma chance de 1% de ocorrer o abuso sexual, todavia se houver quatro situações de risco a chance para que aconteça o abuso sobe para 33%. Por esse motivo se faz necessário que as crianças saibam dos riscos, bem como “orienta-las a respeito do que podem fazer quando esses fatores estiverem presentes” (BROWN; COHEN; JOHNSON E SALZINGER, 1998 *apud* SOMA, 2014 p. 59-60).

No Brasil já existem programas de “prevenção ao abuso sexual infantojuvenil” é exemplo o Programa Prevenção Primária que consiste na prevenção do abuso sexual em pré-adolescentes e adolescentes. Este programa está direcionado aos professores, profissionais e aos adolescentes e deve ser realizado em ambiente escolar. (BRINO E WILLIAMS, 2009 *apud* SOMA, 2014 p. 61).

Por todos esses aspectos mencionados, percebe-se portando o papel fundamental da escola na prevenção da violência sexual em criança, destacando o papel do profissional como responsável pela segurança de seus alunos aplicado a lei constitucional art. 277 que assegura a criança a sua defesa no âmbito familiar, social e no estado.

5. CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE GÊNERO NA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL

Com o efeito da globalização, muitos temas hoje são discutidos em escala mundial, são questionamentos feitos e que atraem olhares e questionamentos por todo globo. Desta forma acontece também com a teoria de gênero que traz ao mundo uma nova concepção de formação sexual.

Scott (1988) foi um dos pioneiros quanto a essa nova percepção de gênero, foi ele que trouxe “uma das primeiras e mais emblemáticas teorizações sobre o conceito de gênero e sexualidade” na década de 1980. Neste estudo ele pretendia organizar e propor “uma nova definição para o conceito gênero”. Inspirado por diversas vertentes do movimento feminista, pelo “Desconstrucionismo de Derrida” principalmente ligados aos estudos de Foucault (1988) ele definiu o gênero como o “conjunto dos sentidos dinâmicos (não biologicamente determinados) construídos nas relações de poder que sustentam as relações entre homens e mulheres” (TILIO, 2014 p. 133).

Em seus estudos Scott (1990), que argumenta o conceito de gênero quando afirma que o fator biológico na relação do sexo neste sentido é menos importante que a formação social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (SCOTT, 1990, p.5 *apud* FILHO, 2003, p.129). O autor ainda justifica os aspectos relacional, que parte de alguns estudos femininos e com isso, eram centrados em mulheres, desta forma a noção de gênero se daria em mulheres e “os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente” (FILHO, 2003, p. 133).

A partir de seus estudos, Scott (1988) propõe um modelo de compreensão das relações sociais e sexuais que estabelece dois sexos e dois gêneros (homens e mulheres), numa relação de complementaridade que, contudo, enfatiza os aspectos culturais dessa construção – daí situar essa proposição teórica ao lado das teorias clássicas ou binaristas (TILIO, 2014, p. 135).

Estudos relacionados a esta temática sempre serão questionados, pois esse é um tema que atrai a atenção de todos, e com Scott (1988) não foi diferente. Seus trabalhos foram duramente questionados pelos estudiosos que se interessavam por indivíduos que não se adequava a nenhuma norma “sócio-sexuais”, exemplos: gay, lésbica, travestis etc. Era questionado também sobre aqueles que “rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica”, exemplo: transexuais e transgêneros, entre outros. Além de contar

com as pessoas que não se adequam entre o sexo e a orientação sexual, “conforme preconizavam as teorias clássicas”, ou seja, já existia diversos críticos que questionavam esses estudos, vale o destaque da estudiosa Judith Butler (1990) (TILIO, 2014, p. 135).

Em um de seus principais questionamentos Judith Butler (1990) rebate as articulações e deduz que “o gênero não é um efeito do sexo, mas sim que o sexo é na realidade um efeito das relações de poder e dos discursos sobre gênero e sexualidade” (BUTLER, 1990 *apud* TILIO, 2014 p. 136).

Todos os questionamentos feitos sobre a teoria de gênero são válidos, pois são a partir deles que surgem o aprimoramento da teoria, que se dá através de estudos e pesquisas. Por fim para que possa ser compreendida de forma direta Butler (2003) ousadamente aponta que a compreensão de gênero “não é uma expressão ou compreensão da essência biológica, nem é somente o resultado das pressões ambientais e socializatórias, mas inclui a constituição subjetiva da e na cultura ” (BUTLER; 2003 *apud* TILIO, 2014 p. 139).

Quanto aos homens Fuks (2006) ressalta o quanto é difícil o processo de aceitação quando diz:

O abuso sexual infantil se configura como um fenômeno complexo que exige uma estratégia de abordagem multidisciplinar no curso da qual são diversas as questões que se tornarão prementes. A transmissão de informação, por exemplo, imprescindível para a construção e desenvolvimento de um campo de pesquisa integrado, exige a superação de múltiplas dificuldades. Contudo, essa superação não depende apenas do uso de diferentes linguagens ou modelos e procedimentos. Há obstáculos relativos à própria natureza do tema em questão. A descoberta de um caso de abuso provoca reações fortemente emocionais na família da criança, mas também nos profissionais intervenientes. Incide sobre um conjunto de valorizações, ideias e sentimentos a respeito da família, a sexualidade e a criança que nos são caras (FUKS, 2006, p.1).

A autora ainda afirma que no homem o processo de aceitação de gênero é sempre muito difícil, pois vivemos em cultura onde não abrimos espaço ao homem vítima. E com isso, uma série de problemas podem ser adquiridos pelo homem, desde sentir-se “feminizados, castrados, com vergonha e a sensação de terem deixado de pertencer ao gênero masculino” (FUKS, 2006).

LIRA, *et al.* (2017) destacam em seu artigo original a porcentagem de mulheres que são abusadas mostrando os possíveis efeitos na fase adulta. O Estudo foi desenvolvido na Universidade da Nicarágua, com uma amostra formada por alunos de ambos os sexos, destacou-se a mulher (12,1%) com maiores chances de usar drogas, quando é comparada a outras estudantes que não sofreram abuso na infância. As autoras citam os problemas na formação de gênero nas mulheres vítimas sexuais na infância.

A experiência abusiva constitui um trauma que acompanhará a mulher em todas as situações e em seus relacionamentos interpessoais, podendo trazer prejuízos à sua sexualidade, como a presença do Transtorno da Identidade de Gênero (TIG). Também identificado como transsexualismo, o TIG caracteriza-se por intensa identificação com o gênero oposto ao nascimento, desconforto e inadequação no papel social com o seu sexo. Nesse contexto, alguns estudiosos ao identificarem TIG e depressão em uma mulher com problemas de identidade de gênero constataram a associação entre esses transtornos e a sua história de exposição prolongada ao abuso incestuoso (LIRA, *et al.* 2017, p. 6).

Val (2010) *et al.* explica que o transtorno de identidade de gênero (TIG) se caracteriza “por ser uma forte identificação com o gênero oposto, por um desconforto persistente com o próprio sexo e por um sentimento de inadequação no papel social deste sexo”. Portanto, segundo os autores “trata-se de uma condição que causa um sofrimento psicológico clinicamente significativo e prejuízos no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida de um indivíduo” (VAL *et al.* 2010, p. 192).

Com base no que foi apresentado, não se pode generalizar a disforia de gênero baseando-se no abuso sexual na infância. É possível salientar que, o meio em que criança estará exposta também é um fator determinante no seu desenvolvimento, uma vez que, o meio é um dos principais formadores do sujeito. Por esse motivo é fundamental a quebra de tabus perante a assuntos com essas relevâncias.

6. ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL

6.1 Histórico

Por mais que o termo “terapia comportamental” pareça ser apenas mais um tipo de terapia no campo da Psicologia, estudos e pesquisas sobre o tema nos apresenta atualmente, diferentes tipos de terapias comportamentais, como:

Psicoterapia Funcional-Analítica (Kohlenberg & Tsai, 1991), a Terapia da Aceitação e Compromisso (Hayes, Strosahl & Wilson, 1999), a Terapia Racional-Emotiva-Comportamental (Ellis & Dryden, 1997; Ellis & Greiger, 1977) e a Terapia Cognitiva (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1979/1982), a Terapia por Contingências de Reforçamento (Guilhardi, 2004), dentre outras” (BARBOSA; BORDA, 2010, p. 61).

E entre elas está a terapia cognitivo-comportamental, todavia antes de iniciar o contexto histórico é importante frisar que todas terapias comportamentais têm suas raízes e suas fundamentações na tradição behaviorista, muitos consideram John B. Watson (1878-1958) como o fundador desta corrente, por conta de seu manifesto publicado no ano de 1913 que afirmou: “A psicologia, como um behaviorista à vê, é um ramo puramente objetivo da Ciência Natural. Seu objetivo teórico é a previsão e o controle do comportamento”. Skinner (1974) esclarecendo o behaviorismo diz: “O Behaviorismo não é a ciência do comportamento humano, mas, sim, a filosofia dessa ciência” (SKINNER, B. F, 1974. p. 7)

Foi só então em 1960 que, Aron Beck desenvolve a psicoterapia no qual era denominada originalmente como “terapia cognitiva”. Atualmente usa-se o termo “terapia cognitivo-comportamental e o primeiro termo torna-se o um sinônimo. Primeiramente Beck desenvolve a terapia com a finalidade de tratar pacientes que apresentava casos de depressão, para isso ele concebeu um modelo psicoterápico de “curta duração, voltado para o presente, direcionada para a solução de problemas e a modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais”. Este modelo psicoterápico chamou a atenção de vários estudiosos que no decorrer do tempo tiveram sucesso adaptando a outros indivíduos com outros problemas com uma grande abrangência nos transtornos (BECK, 2013, p. 22).

As adaptações criadas a partir da terapia cognitiva alteram o foco, porém mantiveram-se as teorias, ou seja, em todas as adaptações o fator teórico fundado por Beck, cujo o tratamento baseava-se em uma “formulação cognitiva, as crenças comportamentais que caracterizam um transtorno específico” (ALFORD E BECK, 1997 *apud* BECK, 2013 p. 22).

O tratamento usado também se baseia na “conceituação, ou compreensão, de cada paciente”, isto é, o terapeuta que usa este modelo tenta produzir de várias formas mudanças na cognição do paciente, modificando o pensamento o sistema de crença, a fim de produzir “uma mudança emocional e comportamental duradoura” (BECK, 2013 p. 22). A terapia cognitivo-comportamental, também conhecida como TCC se mostrou e ainda apresenta vários pontos positivos em sua metodologia e por esse motivo surgem novos modelos psicoterápicos inspirados na teoria de Beck. São exemplos:

[..] terapia racional-emotiva comportamental (ellis, 1962), a terapia comportamental dialética (Linehan, 1993), a terapia de solução de problemas (D’Zurilla e Nezu, 2006), a terapia de aceitação e compromisso (Hayes, Follete e Linehan, 2004), a terapia de exposição (Foa e Rothbaum, 1998), a terapia de processamento cognitivo (Resick e Schinicke, 1993), o sistema de psicoterapia de análise cognitivo-comportamental (McCullough, 1999), a ativação comportamental (Lewinsohn, Sullivan e Grosscup, 1980; Martell, Addis 3 Jacobson, 2001), a modificação cognitivo-comportamental (Meichenbaum, 1977) e outras. A terapia cognitivo-comportamental de Beck frequentemente incorpora técnicas de todas estas psicoterapias, dentro de uma estrutura cognitiva (BECK; Judith S. 2013 p. 22).

Atualmente a terapia cognitivo-comportamental (TCC) é destaque no cenário global e um dos motivos que a faz ser tão bem comentada é a sua formulação que pode ser adaptada com a realidade do paciente. Por essa possibilidade a TCC permite, a chegada do tratamento em diferentes níveis seja educacional, renda, variedade cultural e idade, além de poder entrar em ambientes especializados como hospitais, escolas, prisões e etc. são validos ressaltar o tempo também é adaptável, uma sessão normal dura 45 minutos, mas dependendo do caso e do paciente os atendimentos podem ser mais curtos (BECK, 2013 p. 23).

Percebe-se que, o modelo terapêutico cognitivo-comportamental é uma das psicoterapias mais completas da atualidade, podendo atender várias demandas diferenciadas, pois conta uma série de métodos que podem auxiliar demandas para o atendimento. E por se tratar de um modelo cognitivo o paciente vai encontrar métodos que influenciem a interrupções de pensamentos disfuncionais, ou seja, pensamentos que podem influenciar o humor do paciente. Por esse motivo e outros acredita-se que a terapia será cada vez mais participante e interativa, possibilitando o *feedback* entre paciente terapeuta, e a partir dessa troca de ideia o terapeuta baseando-se no que foi visto busca compreender e tentar promover novos pensamento “para produzir mudanças emocional e comportamental” (BECK, 2013 p. 22-23).

6.2 Aplicação da TCC na Situação de Abuso Sexual Intrafamiliar

A Terapia Cognitivo-Comportamental vem provando o quanto é eficaz em casos de depressão e ansiedade, pacientes que usam deste tratamento psicoterápico apresentam uma melhora expressiva não somente no período de tratamento, mas tem um saldo bastante positivo com os pacientes após o tratamento, pois muitos não apresentam recaídas depois do período do processo psicoterápico. Vale ressaltar que, embora exista esse saldo positivo neste tipo de tratamento, isso não significa que todos terão êxito após uso desta psicoterapia.

Crianças vítimas de abuso sexual são expressamente atingidas em suas vidas, pois os danos ocasionados não serão apenas físicos ou psicológicos, esses danos vão atingir diversas áreas e “apesar de ser impossível de apresentar um quadro com os danos universais decorrente ao abuso, ainda é possível identificar as consequências sofridas pelas vítimas” (ALMEIDA, 2011). Tyler (2002) que em seu artigo de revisão, especificamente na pesquisa realizada verificou-se que, os resultados mais comuns advindos do abuso sexual na infância são as “altas taxas de suicídio, abusos de substâncias, fugas de casa, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), comportamento sexual de risco e problemas de comportamento” (TYLER 2002 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 222).

As consequências para vítimas são graves, pois muitas tendem ter uma alta taxa de desajustamento social, e por esse motivo é de extrema importância o tratamento urgente dessas crianças. Almeida (2011) aponta outros autores como Gerkon (2005) que caracteriza as consequências no comportamento alimentares, patológicos como a bulimia, cita também MacMillan (2001) que fala que crianças vítimas de abuso sexual apresenta uma elevada desordem de ansiedade, abuso de álcool e comportamento antissocial e Migoli (2005) ressalta que as crianças vítimas também podem apresentar altos índices de comportamentos sexualizados. Então tendo como exemplos tantos casos de como as sequelas do abuso sexual infantil podem provocar danos a criança, “acredita-se que as intervenções podem realmente reverter os sintomas exibidos pela vítima de abuso, minimizando os riscos a longo prazo, tanto para as vítimas quanto da sociedade (família) de modo geral” (ALMEIDA, 2011, p. 222).

Seguindo os aspectos mostrados, então é possível afirmar que o abuso sexual contra a criança é um problema muito grave, mas que vem acontecendo com bastante frequência podendo ser considerado problema de saúde pública, em virtudes dos altos índices e das “desastrosas consequências para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo da vítima, como também de sua família”, por esses motivos que hoje pode-se afirmar que, o abuso sexual é uma violência, pois ocorre mediante “o poder, a sedução e a coação” da criança. E quando essa

realidade entra no âmbito familiar os danos causados podem triplicar na vida da vítima, desse modo esta violência acontece de forma desigual e desleal, quando o adulto que é fisicamente mais desenvolvido usa a criança que é vulnerável, violando a sua sexualidade. Esse retrato acontece diariamente na vida de muitas famílias que deveriam ser sinônimos de segurança e passa ser um espaço “interpostos por uma relação de dominação, desejo e sexualidade infantil” (LIMA, *et al.*, *apud* cf. BEUTER, 2010, p. 96)

Com isso percebe-se que a criança, embora não tenha a mesma compreensão como a de um adulto, sofre em todos os âmbitos de sua vida particular ou social, inclusive danos psicológicos. Neste sentido, a entrada de um psicólogo é de fundamental importância, pois a reabilitação neste processo implicará em uma formação de um indivíduo saudável, mesmo que ele tenha passado por essa realidade na infância. Como toda doença, o abuso sexual com crianças ou adolescentes devem ser tratados rapidamente, na tentativa de minimizar os danos ocorridos, todavia estudos apontam que na maioria dos casos o abuso sexual intrafamiliar só é detectado após algum tempo, permitindo que esta violência se repita neste período.

Nesta perspectiva entra, portanto, o psicólogo que deve iniciar esse processo de tratamento. Existem diversas correntes da psicologia que podem ajudar a criança neste tratamento, mas atualmente vem se destacando a terapia cognitivo-comportamental, com diversas possibilidades de tratamento e respostas positivas dos pacientes. Por esse motivo é importante destacar este método psicoterápico na ajuda de crianças que sofreram abuso sexual por um membro da família.

A fim de demonstrar a eficácia das terapias cognitivas na situação de abuso sexual Almeida (2011) apresenta diversas psicoterapias e seus resultados na situação de trabalho com vítimas de abuso sexual na infância. A primeira escolhida foi a analítica e sistêmica, modelos psicoterápicos que vem ganhando espaço nos últimos anos. Este estudo foi realizado em 2007 com mulheres que passaram por abuso sexual infantil intrafamiliar. As mulheres foram divididas em duas partes a primeira foram submetidas a grupoterapia analítica e a outra parte a grupoterapia de abordagem sistêmica. Após este estudo os dois grupos apresentaram bons resultados das pacientes em relação dos sintomas “psiquiátricos, funcionamento psicossocial e qualidade de vida”, embora os resultados positivos, é válido salientar que o grupo que foram submetidos a abordagem sistêmica apresentam “melhores respostas que aquelas que seguiram a abordagem analítica” (ALMEIDA, 2011, p. 222-223).

A autora também apontou Petretic-Jackson, Price, Hilsenroth, Callahan e Bonge (2004) que em seus estudos demonstraram a eficácia da psicodinâmica de curto prazo em adultos que passaram por abuso sexual infantil e que apresentava desordem no eixo 1 e 2 do DSM-IV

(divide transtornos mentais em tipos). A partir da análise feita pelos estudiosos percebeu-se que os pacientes que foram submetidos a este tratamento demonstram melhoras nos sintomas globais, assim como, “nos sintomas de depressão, funcionamento social e sensibilidade interpessoal”, os autores finalizam afirmando que, as melhorias foram encontradas no “no funcionamento interpessoal está relacionada à ênfase do tratamento em questões relacionais, como o desenvolvimento de uma aliança terapêutica positiva” (PETRETIC-JACKSON; PRICE; HILSENROTH; CALLAHAN; BONGE, 2004 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 222-223).

O estudo de Peleikis *et al.* (2005), também foi citada. Ela teve como objetivo principal “examinar o *status* da saúde mental de mulheres que terminaram a psicoterapia alguns anos antes da pesquisa realizada (cinco anos em média)”. Esse estudo se deu da seguinte forma:

A amostra foi constituída por mulheres com diagnósticos de desordens de ansiedades e/ou depressão não psicótica. O grupo-controle foi composto de mulheres com esses transtornos, já submetidas à terapia, mas sem histórias de abuso sexual infantil. Apurou-se que o estado mental de mulheres vítimas de abuso era significativamente mais débil que o do grupo-controle. Elas apresentaram alta taxa de transtornos mentais, como TEPT, desordens fóbicas e depressões (PELEIKIS, 2005 *apud* DE ALMEIDA, 2011, p. 223).

Enfim, após todo o processo de estudo decotou-se que apenas duas mulheres 56 que pertenciam ao grupo “demonstraram saúde em todas as medidas realizadas”. Os autores na formulação de hipóteses deduziram que:

[...] o grupo de vítimas de abuso sexual infantil apresentar precário estado mental foi que as psicoterapias psicodinâmicas, as quais muitas foram submetidas, não foram efetivas para lidar com as consequências a longo prazo de traumas desse gênero, já que, diferentemente de psicoterapias estruturadas, esse tipo de abordagem não foca o trauma (ALMEIDA, 2011, p. 223).

Com isso pode-se afirmar que, existem vários tipos de psicoterapias cujo ação aplicação podem ser aderidas nesse tipo de situação, todavia a melhoria pode não perdurar na vida do paciente, nesse sentido existem inúmeras situações que podem levar o paciente a regredir, mas é importante frisar as técnicas usadas no período de tratamento, podendo se questionar ‘qual a importância do tratamento na vida do paciente?’.

Um dos motivos para o apoio da TCC nessa situação é o fato de poder existir essas indagações dentro do processo da terapia junto ao paciente e o fato de ser adaptável, torna a terapia mais atrativa, pois ela conta com o indivíduo não somente como paciente, e sim, como

maior responsável por sua melhora. Nessa situação o paciente e suas demandas se tornarão o foco principal nesse tipo de tratamento.

Este fator se torna o primeiro motivo e benefício deste processo psicoterápico, visto que, a criança vítima de abuso pode sofrer experiências abusivas de várias formas, para umas “demonstram sequelas mínimas, já outros desenvolvem severos problemas psiquiátricos ou sociais” (LIMA, 2010, p. 1).

Embora o foco seja as crianças é importante frisar aspectos geralmente apresentados em pré-adolescentes e adolescentes que segundo Heflin e Deblinger (2009) podem apresentar mudanças de comportamento tais como “agressão, comportamentos exibicionistas, comportamento delinquente, abuso de substâncias e fuga de casa” (HEFLIN; DEBLINGER, 2009 *apud* LIMA, 2010, p. 1-2)

Outros pontos mostram a eficácia da TCC nessa situação, exemplo foi a pesquisa feita por Chard (2005), neste estudo mostra os resultados animadores acerca “da efetividade das terapias cognitivas no tratamento de vítimas de abuso sexual infantil”. Esta pesquisa foi citada no artigo de Almeida (2011) onde mostra o estudo realizado com pacientes vítimas de abuso sexual infantil. Neste trabalho foi usado uma adaptação da *Cognitive Processing Therapy*, esse modelo psicoterápico procura lidar com “medo e das cognições”, esses fatores são fundamentais na “criação e manutenção dos sintomas”. Os resultados apresentados foram de grande estímulo para dá continuidade neste processo de aprendizado. No final os pacientes apresentam significativos “ganhos em sintomas de TEPT (transtorno de estresse pós-traumático) e depressão”, além da taxa de desistência, que foi mínima indicando a aceitação do tratamento em vítimas de abuso sexual na infância. Foi possível ainda verificar que “os ganhos foram mantidos em pelo menos um ano após o término do tratamento” (ALMEIDA, 2011, p. 224).

Outros autores como Hall e Henderson (1996) também realizando pesquisa baseando-se na *Cognitive Processing Therapy*, realizada com uma paciente vítima de estupro, onde mostraram bons resultados nos sintomas relacionados ao TEPT. Os resultados mostraram que, após a terapia ela apresentou “consideráveis mudanças em seus pensamentos, sentimentos e ações”. Além disso, a paciente apresentou um grande regresso nos sintomas de TEPT e continuou assim pelo menos por seis mês após o fim da terapia (HALL E HENDERSON, 1996, *apud* ALMEIDA, 2011, p. 224).

Direcionados especificamente para terapia cognitivo-comportamental está o estudo de McDonagh *et al.* (2005), neste caso mulheres que sofriam de TEPT por conta do abuso sexual na infância foram submetidas individualmente ao tratamento psicoterápico. O grupo de

mulheres foram divididas em três partes, a primeira foi tratada usando os métodos da terapia cognitivo-comportamental, cujo seu foco é a “exposição e reestruturação cognitiva”, a segunda parte ficou com a terapia de resolução de problemas, que “valoriza a resolução de problemas do momento presente e não aborda a história do trauma” e pôr fim a terceira parte ficou na fila de espera (MC DONAGH *et al.* 2005 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 224). Os resultados foram os seguintes:

As pacientes que passaram pela terapia cognitivo-comportamental, mostraram-se mais efetiva e apresentou melhoras nos sintomas de TEPT, “ansiedade e mudanças de esquemas cognitivos”. Já o segundo grupo que foram submetidas a terapia de resolução de problemas, mostrou-se menos frequente nas sessões, porém ambos “foram capazes de reduzir sintomas de depressão, dissociação e hostilidade”. Um ponto que vale destaque foi a detecção de uma taxa elevada de desistências das pacientes que foram submetidas a terapia cognitivo-comportamental, isso mostra que “algumas mulheres não estavam aptas ou dispostas a completar esse tipo de terapia” (MC DONAGH *et al.* 2005 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 224).

Em contrapartida, Steil e Dyer (2011) utilizando a *Dialectical Behavior Therapy* e baseando-se na terapia cognitivo-comportamental aplicando em pacientes que sofriam (TEPT) que passaram por abuso sexual na infância. Depois do tratamento os resultados obtidos mostram-se eficaz, nenhum paciente desistiu da terapia, além detectar achados promissores em vítimas que sofriam de TEPT crônico (STEIL E DYER 2011 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 224).

Por último, Almeida (2011) aponta pesquisa de Feather e Ronan (2006), que teve “como proposta verificar a efetividade de um tipo de terapia cognitivo-comportamental (*Trauma-Focused Cognitive Behavioral Therapy*)”. A pesquisa, segundo estudiosos mostraram “que o nível de sintomas do TEPT diminuiu consideravelmente imediatamente após o término do tratamento e continuou a decrescer passado um ano do fim do mesmo” (FEATHER E RONAN, 2006 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 224).

Através dos estudos apresentados é possível afirmar a eficácia do tratamento de crianças e adultos que sofrem de violência sexual por meio da terapia cognitivo-comportamental, pois além de resultar em respostas rápidas nas maiorias dos casos, os reflexos do tratamento são levados como aprendizado na vida dos pacientes que passaram por este método psicoterápico.

Então sabendo da eficácia da terapia, é válido citar os benefícios os quais ela pode trazer ao tratamento. Ainda tomando como base os estudos de Almeida (2011), ela cita em seu artigo quatro das principais vantagens de se usar técnicas de terapia cognitiva com os pacientes, tomando por bases os estudos.

A primeira vantagem já citada neste artigo é a forma que a terapia se adapta ao paciente. Almeida cita também a “encorajar a expressão de sentimentos relacionados ao abuso”, é comum crianças que sofrerem abuso sexual manterem seus sentimentos guardados com medo de represarias ou o medo de ninguém acreditar em seus relatos, por esse motivo, além de aliviar o nível de *stress* da criança possibilitará encontrar formas de tratar a vítima. A segunda vantagem do modelo cognitivo é “clarificar crenças errôneas que levam a atribuições negativas sobre si mesmo e sobre os outros”, da mesma forma da guarda de segredo pela criança, o sentimento de culpa também é comum ser apresentado nas vítimas, o sentimento de culpa de todo transtorno que está acontecendo dentro da família ou até mesmo passam a pensar que é culpa dela que “seduziu” o agressor, por esse motivo é importante clarificar para criança as atribuições negativas que tem sobre si (ROSS E O’CARROL, 2004 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 223).

A terceira vantagem é “ensinar habilidades de prevenção de abuso”, a possibilidade de ensinar técnicas as vítimas são incríveis, pois além de serem assistidas é possível existir a troca de conhecimento que a terapia possibilita, o *feedback* nesse processo terapêutico dá um folego a mais de segurança na vítima. Por fim, a quarta vantagem citada é “diminuir o senso de estigma e isolamento da vítima a partir do contato com outras vítimas (grupoterapia)”. A criança em um espaço social tende a se manter afastada e o contato com outras vítimas possibilita uma quebra de estigmas relacionados ao abuso sofrido, a alternativa de uso de grupoterapia é um grande reforço no tratamento da criança (ROSS E O’CARROL, 2004 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 223).

Em vista dos argumentos apresentados pode se afirmar que, existem diversos tipos de psicoterapias que podem trazer benefícios as crianças vítimas de abuso sexual, todavia a literatura comprova que terapias estruturadas e focadas no abuso sexual infantil são mais eficazes e essas características são apresentadas nas terapias cognitivas. (ALMEIDA, 2011, p.224). Enfim a Terapia Cognitivo-Comportamental mostra ser capaz de cuidar dos casos onde a vítimas foi abusada sexualmente na infância no ambiente familiar, pois vem se mostrando significativamente eficaz nos tratamentos destes casos.

6.3 Conversas Criativas e Abuso Sexual

A literatura “conversas criativas e abuso sexual” de Marra (2016) traz em sua obra dados notáveis sobre o abuso sexual no âmbito familiar. Como a pesquisa publicada pela Unicef (2012a) que indicava que cerca de 150 milhões de meninas e 75 milhões de meninos menores de 18 anos experimentarão forçadamente o sexo e também outros tipos de violências físicas. Outro estudo publicado pela Unicef (2012b) denominado de *together for girls: sexual violence*

fact sheet, foi aplicado em inúmeros países, e mostrou que adolescentes menores de 15 anos tiveram sua primeira relação sexual a força, na mesma pesquisa apontou que cerca de 3% a 10% dos homens entre 19 e 30 anos relataram que sofreram abuso entre 4 e 9 anos (MARRA, 2011, p. 44).

No Brasil a situação não é diferente, Marra (2016) apresenta em sua obra números do quarto mapeamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais (SDH/PR 2012) onde foram registrados 1.776 pontos de vulnerabilidade. Este é o cenário mundial onde “a violência contra a criança e ao adolescente é condenada universalmente, mas é vivida dia após dia” (MARRA, 2011, p. 43,46).

Seguindo essa linha de raciocínio a autora elabora caminhos, desafios e as possibilidades nas conversas criativas nesse tipo de situação.

Como pautadas nos desafios a autora menciona as circunstâncias de “pobreza material, baixa escolaridade, violação de direitos, os indivíduos e a comunidade” (MARRA, 2011, p. 47).

O Brasil trilhou um caminho árduo até as políticas públicas que conhecemos, embora não seja o melhor no requisito de cumprimento da legislação, no contexto histórico muitos méritos devem ser lembrados. O direito da criança e do adolescente criou raiz em nosso país com a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e a Constituição da República Federativa Brasileira (1988) foram através delas que novas políticas foram aderidas e assim consolidando a figura da criança e do adolescente como cidadão peculiar que deve ter seus direitos respeitados (MARRA, 2011, p. 48).

E com a conquista dos direitos surgem também programas e sistemas governamentais que ampara a criança e o adolescente, exemplos é o programa bolsa família e o sistema de assistência social de forma centralizada e descentralizado, nasce também o Serviço único de Assistência Social (SUAS). E dentro deste sistema surge o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) (MARRA, 2011, p.48).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p. 09).

O CRAS tem como função de planejar e conhecer o território que as famílias vivem, “suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de

risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p. 09).

Já o CREAS é formado por uma equipe especializada.

A equipe que realiza o trabalho do CREAS é formada por psicólogos, assistentes sociais, operadores do direito, pedagogos e demais funcionários que compõe o quadro administrativo, como auxiliares e agentes sociais. Esses profissionais acompanharam as entrevistas de cunho narrativo feitas pela pesquisadora, garantindo o acesso o acesso a família (MARRA, 2011, p. 50).

Então seguindo a linha de raciocínio o CRAS está ligado a prevenção do acontecido é ele que vai de encontro as famílias, a fim de evitar qualquer tipo de violência ou crime que venham acontecer. Já o CREAS é um centro especializado, cujo o trabalho é ajudar famílias que já passaram pela violência ou outro crime na família.

A atuação destes dois sistemas vem de encontro com a situação apresentada pela autora no qual prioriza a conversa criativa nesse tipo de situação. Em um acompanhamento feita ao CREAS da região de Sobradinho (DF) a autora destaca a inserção da família em um atendimento oferecido pela unidade. No período de 1h30min foi feita perguntas abertas, assim permitiam que as famílias pudessem contar seus relatos de violência.

Exemplos das perguntas feitas:

1. Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são vocês e de onde vêm? É a primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes?
2. Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje?
3. Que história vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência?
4. Como estavam vivendo naquele momento? Como conviveram com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido?
5. Agora que vão receber atendimento aqui no CREAS, como está a família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos por profissionais para tratar da questão do abuso sexual? O que esperam ou imaginam que mude na vida de vocês?
6. Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa? (MARRA, 2011, p. 55).

Autora frisa que muitas vezes não era necessário apresentar todos esses questionamentos, pois as vezes apenas um item do roteiro bastava para que as famílias mostrassem sua disponibilidade e contar todas suas vivências. No CREAS dessa unidade ainda houve a utilização da leitura do prontuário onde eles apresentavam todos os dados obtidos nas visitas das famílias. Citando Flink (2009) a autora ressalta a importância dos documentos que devem ser usados como forma de contextualizar o que o pesquisador produziu, com qual objetivo e para quem (MARRA, 2011, p. 55-56).

Por isso tudo, percebe-se a importância da comunicação no processo de tratamento do indivíduo, quanto da família, todavia para que a comunicação seja estabelecida é necessário a confiança da vítima e posteriormente a família que vai dar o apoio indispensável para o tratamento. E para que o profissional possa adquirir a confiança dos ambos técnicas e macetes são importantes nesse período que é o mais complicado do tratamento. Dessa forma, é imprescindível destacar a importância das conversas criativas, a fim de familiarizar o paciente e garantir um *feedback* seguro e o principal, que possa garantir a vítima uma possível solução para seus problemas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil é um fato histórico, que acompanha a formação da sociedade ao longo do tempo. Primeiramente era visto como normal, as crianças eram comparadas a homens em miniaturas, no decorrer dos séculos a figura da criança foi se formando, primeiramente sendo comparadas aos anjos em sua pureza até os dias atuais que as veem como cidadão que devem ter seus direitos respeitados.

Porém mesmo com tantas conquistas, a violência sexual ainda é um cenário bastante visto no cenário brasileiro e do mundo. Então pode-se afirmar que, vivemos em uma sociedade na qual não suporta esse tipo de abuso, mas que convive diariamente com essa situação. Seguindo esse contexto, milhares de crianças já foram e estão sendo violentadas sexualmente por membros de sua família, muitas vezes conhecidos de todos, mas perverso em suas atitudes. Várias famílias vivem em situação de risco, onde casos como esses são eminentes, e quando acontecem muitos ficam surpresos, todavia sinais eram mostrados diariamente e ninguém percebia. Então a criança inocente, passa por um processo bastante delicado, onde os danos poderão perdurar a sua vida inteira.

Com isso a criança perde confiança, descredita na sociedade e sente-se culpado por algo que não é sua culpa. E por esses motivos o principal objetivo deste trabalho foi tentar alertar sobre saúde da criança, a fim de garantir um desenvolvimento com menos ou nenhum dano em seu caráter ou formação como indivíduo social. Para isso foi proposto o uso da terapia cognitivo-comportamental, que embora o profissional psicólogo esteja aberto a um leque de abordagens que poderá ajudar a criança abusada, o uso de terapias cognitivas mostrou ser mais eficaz por usar o *feedback* do paciente como modelador de suas terapias tonando-se assim, método psicoterápico que garante as crianças atendidas no âmbito familiar, mais segurança, mais espaço para demonstrar suas opiniões além de contar com a ajuda do paciente na formulação do processo de atendimento.

A TCC embora muitos desconheçam sua eficácia, é uma terapia que permite o paciente se encontrar e olhar para si, com o intuito de descobrir seu verdadeiro sentimento naquilo que é vivenciado pelo paciente. Por esse motivo, o uso dessa terapia em situações em que a criança perde o elo principal de proteção é muito vantajoso, pois elimina os pensamentos automáticos, além tentar retomar uma vida saudável e com equilíbrio nas suas emoções e pensamentos.

Outro ponto importante é a possibilidade dos ensinamentos de técnicas, no qual ajudará a criança a se proteger de situações de risco assim prevenindo o abuso sexual em outros espaços sociais ou em casa.

Portanto, pode-se afirmar que o objetivo foi alcançado no sentido de demonstrar a eficácia da TCC no tratamento das crianças vítimas de abuso sexual, além de possibilitar o processo de aprendizagem com a possibilidade de desenvolvimento de novos trabalhos e pesquisas relacionados a essa temática, aumentando a probabilidade que novos resultados ou métodos inovadores para o tratamento dessas crianças.

Por esse motivo, é válido destacar a relevância de trabalhos que seguem esse enredo para o mundo científico, pois a compreensão dos danos causados a vítimas de longo e curto prazo é um fato que deve ser estudado, nesse sentido, é importante destacar os números desatualizados de vítimas sexuais em nosso país, a falta de dados atualizados dificulta a relevância e o respaldo de trabalhos como estes, embora exista grandes números que comprovam a calamidade que vive nosso país, ainda é importante para compreensão social a real situação que vivem as crianças no Brasil.

A relevância de estudos relacionados ao abuso sexual infantil na sociedade é de muito valor, uma vez que alertar a sociedade quanto o perigo desse problema, vai fazer que se crie cautelas familiares, e assim poderá ser evitando inúmeras vítimas da violência sexual em nosso país e no mundo.

Dado ao observado, percebe-se que o abuso sexual infantil intrafamiliar é um problema de saúde pública, e embora muitos não falem sobre este assunto por ser considerado tabu na sociedade em que vivemos, não se pode negar a sua existência. Por fazermos parte desse grupo social é nosso dever cobrar o direito à vida, liberdade e igualdade de todos em especial da criança e do adolescente. Caso não aconteça, estaremos sendo negligentes com esse público, que muitas vezes não tem voz para se defender.

Contudo pode-se concluir que, as vítimas que sofreram ou que ainda sofrem abuso sexual durante a infância, por muitas vezes estão sendo esquecidas e negligenciadas por uma sociedade em que o “eu” prevalece, e por esse esquecimento social, está se formando uma sociedade negligente com as crianças que sofreram algum tipo de agressão ou foram violentadas, não somente fisiologicamente, mas também psicologicamente. Por tanto ressalto a importância de tal trabalho, na garantia do cuidado dessas crianças que muitas vezes não encontra segurança naqueles que deveriam assegurar a vida, a liberdade e igualdade.

RÊFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. **Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino? [versão online]**. Estilos clin., São Paulo, v. 14, n. 26, p. 46-67, 2009. **Disponível em:** <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100004&lng=pt&nrm=iso>. **Acessos em:** 28/01/ 2018

AQUINO; Felipe. **Ligação da homossexualidade com trauma na infância [versão online]**. Editora Cleófas, 5 de agosto de 2011. **Disponível em:** <http://cleofas.com.br/ligacao-da-homossexualidade-com-trauma-na-infancia/> **Acessos em:** 04/02/ 2018.

BALBINOTTI; Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso [versão online]**. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 19 de junho de 2008. **Disponível em:** http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/claudia_balbinotti.pdf. **Acessos em:** 28/01/ 2018.

BAPTISTA, Rosilene Santos Baptista; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de França; DA COSTA, Carlione Moneta Pontes; BRITO; Virgínia Rossana de Sousa. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela [versão online]**. Campina Grande – PB, 2008. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n4/a11v21n4.pdf>. **Acessos em:** 28/01/ 2018.

BARAN, Mabel Falavinha; PARIZOTTO, Ana Patricia Alves Vieira. **Abuso sexual em meninos: rompendo o silêncio [versão online]**. Unoesc & Ciência - ACBS Joaçaba, v. 6, n. 2, p. 129-136, jul./dez. 2015. **Disponível em:** <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/index>. **Acessos em:** 29/01/ 2018.

BARBOSA, Ilo Coelho Barbosa; BORBA, Aécio Borba. **O surgimento das terapias cognitivocomportamentais e suas consequências para o desenvolvimento de uma abordagem clínica analítico-comportamental dos eventos privados [versão online]**. Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn., Campinas-SP, 2010, Vol. XII, nº 1/2, 60-79. **Disponível em:** www.usp.br/rbtcc/index.php/%20RBTCC/article/download/416/310. **Acesso em:** 07/02/2018

BBC Brasil. **Campanha #PrimeiroAssédio expõe tabu de violência sexual contra meninos [versão online]**. Renata Mendonça, novembro 2015. **Disponível em:** http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_abuso_sexual_meninos_rm. **Acessos em:** 29/01/2018.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. Tradução: Sandra Mall,amm da Rosa; revisão técnica: Paulo Knapp, Elisabeth Meyyer. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CALDEIRA; Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história [versão online]**. 2010. **Disponível em:** http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. **Acesso em:** 14/01/2018

CHEM; Vera Dolores Mainieri. **A Importância da Transgeracionalidade [versão online]**. ABC da saúde, Código do Conteúdo: Artigo 668. **Disponível em:** <https://www.abcdasaude.com.br/psicologia/a-importancia-da-transgeracionalidade>. **Acessos em:** 22/01/2018.

CHERRY; Kendra - **Psicoativo. ID, EGO E SUPEREGO segundo Freud [versão online]**. Publicado em 20/12/2015. **Disponível em:** <http://psicoativo.com/2015/12/id-ego-superego-segundo-freud.html> **Acesso em:** 21/01/2018.

Costa Advogados. **#MeuProfessorAbusador: Abuso Sexual na Escola**. Porto Alegre – RS, 2015. **Disponível em:** <http://costaadogados.adv.br/meuprofessorabusador-abuso-sexual-na-escola/>. **Acessos em:** 29/01/2018.

COTTEZ; Salette. **Abuso sexual: Conhecer para combater [versão online]**. 25-72 V. Santa Tereza, Bauru/ São Paulo. **Disponível em:** <http://saletecortez.com.br/artigos/artigosnosite/abusosexualconhecerparacombater.html> **Acessos em:** 28/01/2018.

EBRADI - Escola Brasileira de Direito. **O que é a violação sexual mediante fraude ou estelionato sexual? JUS Brasil 2017. Disponível em:** <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/481511205/o-que-e-a-violacao-sexual-mediante-fraude-ou-estelionato-sexual> **Acesso em:** 04/02/2018

FILHO; Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam [versão online]**. Recebido para publicação em abril de 2003, aceito para publicação em abril 2004. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> **Acessos em:** 04/02/2018.

FLORENTINO; Bruno Ricardo Bérnago. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes [versão online]**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>. **Acessos em:** 28/01/2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>

FONSECA, João Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa [versão online]**. Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2002. **Disponível em:** <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> **Acessos em:** 15/09/2019.

FUKS; Lucía Barbero. **Consequências do abuso sexual infantil [versão online]**. 2006 **Disponível em:** <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pes36/36Fuks.htm>. **Acessos em:** 04/02/2018.

GRAZIANO, Ana Paula. **Violência Sexual Infantil: estudo das ocorrências registradas na Rede de Proteção de Curitiba e as formas de enfrentamento na atenção básica [versão online]**. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012. **Disponível em:** https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-08102012-111859/publico/Ana_Paula_Graziano.pdf **Acessos em:** 15/09/ 2019

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA; Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa [versão online]**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. **Disponível em:** <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloads/Serie/derad005.pdf>. **Acessos em:** 15/09/2019

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências**. Psicol. USP, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 395-416, June 2012 . **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642012000200008&lng=en&nrm=iso>. **Acessos em:** 29/01/2018. Epub July 17, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>.

HUG, Diana Myung Jin Huh; CAVALINI, Santuza Fernandes Silveira. **Consequências do abuso sexual infantil no processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica [versão online]**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, VII Jornada de Iniciação Científica – 2011. **Disponível em:** http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/psi/diana_myung.pdf. **Acessos em:** 04/02/2018.

ILVA JUNIOR, Arlindo Soares de Albergaria Henriques da; ROSAS JUNIOR, José Roberto. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: conceitos-chave [versão online]**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2014 – Edição 14 – Novembro/2014 ISSN 1983-2192. **Disponível em:** <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/4215/3075>. **Acessos em:** 22/01/ 2018.

JUSBRASIL - **Art. 215 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40 [versão online]**. CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 **Disponível em:** <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611747/artigo-215-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940> **Acesso em:** 21/01/ 2018.

KRISTENSEN; Christian Haag. **Abuso sexual em meninos [versão online]**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento - Maio, 1996. **Disponível em:** <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1432/000177073.pdf>. **Acessos em:** 28/01/ 2018

KUHLMANN JR., Moysés. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 35, n. 125, p. 239-242, maio 2005. **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742005000

200014&lng= en&nrm=iso>. **Acesso em:** 22/01/2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000200014>.

LABEDESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, Mariangela Aloise. **Abuso Sexual Infantil: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos [versão online]**. Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.1, Jan./Jul. 2010. **Disponível em:** <http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/view/4/8>. **Acessos em:** 22/01/2018.

LIMA, Isabel Vieira Braz de; DIOLINA, Josimara. **Consequências Psicológicas do abuso Sexual na Infância e Adolescência: Uma ferida invisível [versão online]**. Faculdades do Vale do Juruena, 2013. **Disponível em:** <http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131030201243.pdf>. **Acessos em:** 28/01/2018.

LIMA; Clinaura Maria de. **Infância Ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais**. 1ª ed. (ano 2009). 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al . **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta [versão online]**. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 26, n. 3, e0080016, 2017. **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso. **Acesso em:** 04/02/2018. Epub 21-Sep-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>.

LORDELLO, Silvia Renata Magalhães; COSTA, Costa Liana Fortunato. **A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar [versão online]**. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande , v. 5, n. 2, p. 127-135, dez. 2013 . **Disponível em** <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2013000200008&lng=pt&nrm=iso>. **Acessos em** 15/09/2019.

MAKSoud, Fernanda Resende; PASSOS, Xisto Sena; PEGORARO, Renata Fabiana. **Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica**. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande , v. 6, n. 2, p. 47-55, dez. 2014 . **Disponível em:** http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200007&lng=pt&nrm=iso>. **Acessos em:** 04/02/2018.

MARRA, Marlene Magnabosco. **Conversas criativas e abuso sexual: uma proposta para o atendimento psicossocial**. São Paulo: Ágora, 2016.

MARTINS; Diego. **Quando haviam duas espécies humanas na terra [versão online]**. Minilua. **Disponível em:** <https://minilua.com/quando-haviam-duas-especies-humanas-terra/>. **Acesso em:** 14/01/2018

MELO; Mauritania Alves Santos de. **O papel da família na construção da identidade da criança [versão online]**. Webartigos, Publicado em Publicado em 07/06/2011. **Disponível em:**

<https://www.webartigos.com/artigos/o-papel-da-familia-na-construcao-da-identidade-da-crianca/68076/html> Acesso em: 21/01/ 2018.

MPF - Ministério Público Federal, Brasil. **A lei garante a proteção contra o abuso e a exploração sexual [versão online]**. SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasília / DF. Disponível em: http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/copy_of_a-lei-garante-a-protecao-contr-o-abuso-e-a-exploracao-sexual. Acesso em: 14/01/2018.

MORGADO, Alice Murteira; DIAS, Maria da Luz Vale; PAIXAO, Maria Paula. **O desenvolvimento da socialização e o papel da família**. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 31, n. 2, p. 129-144, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000200002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 22/01/2018.

NASCIMENTO; Cláudia Terra do; brancher, Vantoir Roberto; de Oliveira, Valeska Fortes. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas [versão online]**. Publicado em 2008. Disponível em: www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1394/1191 Acesso em: 21/01/ 2018.

NIEHUES; Mariane Rocha; COSTA; Marli de Oliveira. **Concepções de infância ao longo da história [versão online]**. 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul, Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1 (2012). Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/download/420/342>. Acessos em: 22/01/2018.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios [versão online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-02.pdf> Acesso em: 14/01/2018.

OLIVEIRA; Antonio Carlos de Oliveira. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e a família como totalidade [versão online]**. O Social em Questão - Ano XV - nº 28 – 2012, pg 233 - 262 Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo.pdf>. Acessos em: 28/01 2018.

OLIVIERA; Ione Sampaio de. **Trajetória histórica do abuso sexual contra criança e adolescente [versão online]**. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília 2006. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2879/2/20161641.pdf> Acesso em: 14/01/2018.

PAIVA; Eliane Aparecida Faria de. **A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas [versão online]**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2015. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254025/1/Paiva_ElianeAparecidaFariade_M.pdf Acessos em: 29/01/2018.

PEDERSEN; Jaina Raqueli. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento [versão online]**. Faculdade de Serviço Social, Mestrado em Serviço Social - Porto Alegre, 2010. **Disponível em:** <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5140/1/000422452-Texto%2BCompleto-0.pdf>. **Acessos em:** 28/01/ 2018.

PIMENTEL, Adelma; ARAUJO, Lucivaldo da Silva. **Violência sexual intrafamiliar**. Rev. Para. Med., Belém , v. 20, n. 3, p. 39-42, set. 2006 . **Disponível em:** http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000300008&lng=pt&nrm=iso. **Acessos em:** 28/01/ 2018.

PIRES FILHO; Moacyr Ferreira. **Abuso sexual em menino: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**. 1ª ed. (ano 2009), 1º reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

RANGÉ, Bernard Pimentel Rangé; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; SARDINHA, Aline. **História e panorama atual das terapias cognitivas no Brasil [versão online]**. REVISTA BRASILEIRA DE TERAPIAS COGNITIVAS, 2007, Volume 3, Número 3. **Disponível:** <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v3n2/v3n2a06.pdf>. **Acesso em:** 07/02/2018. DOI: 10.5935/1808-5687.20070014

SANTOS, Creusa Teles dos. **Abuso sexual com crianças uma demanda pra o serviço social [versão online]**. Pontifca Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2014. **Disponível:** <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17699/1/Creusa%20Teles%20dos%20Santos.pdf>. **Acesso em:** 14/09/2019.

SOMA; Sheila Maria Prado. **Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil [versão online]**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP Agosto/2014. **Disponível em:** <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6053/6100.pdf?sequence=1> **Acessos em:** 29/01/2018.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar [versão online]**. Santo Antônio da Platina – Paraná, 2009. **Disponível em:** <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf> **Acesso em:** 21/01/ 2018.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras**. Rev. psicopedag., São Paulo , v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015 . **Disponível em:** http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007&lng=pt&nrm=iso. **Acessos em:** 29/01/2018.

TILIO; Rafael de. **Teorias De Gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas [versão online]**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, GÊNERO Niterói v.14 n.2 p.125-148 1.sem.2014. **Disponível em:** <http://www>.

revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/626/380. **Acessos em:** 04/02/2018.

UOU, Folha de São Paulo. **Para entender o que é a violação sexual mediante fraude [versão online]**. Publicado em 26/07/2017. **Disponível em:** <http://direito.folha.uol.com.br/blog/para-entender-o-que-a-violao-sexual-mediante-fraude> **Acesso em:** 21/01/2018.

VAL, Alexandre Costa et al . **Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual [versão online]**. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo , v. 32, n. 2, p. 192-193, June 2010 . **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462010000200016&lng=en&nrm=iso. **Acesso em:** 04/02/2018 <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462010000200016>.